



INNA ADAMENKO    **A informação contabilística na  
gestão do IPS: Uma proposta para a  
análise das atividades de I&D,  
Inovação e Empreendedorismo**

Relatório de Dissertação/projeto/estágio/projeto  
de investigação do Mestrado em  
Contabilidade e Finanças (2º ciclo)

**ORIENTADOR**

Prof. Adjunto, Francisco Leote

Setembro, 2021

INNA ADAMENKO

**A informação contabilística na  
gestão do IPS: Uma proposta para a  
análise das atividades de I&D,  
Inovação e Empreendedorismo**

**JÚRI**

*Presidente:* Prof. Coordenador, Nuno Teixeira,  
Instituto Politécnico de Setúbal

*Orientador:* Prof. Adjunto, Francisco Leote, Instituto  
Politécnico de Setúbal

*Vogal:* Prof.<sup>a</sup> Coordenadora, Ana Bela Teixeira,  
Instituto Politécnico de Setúbal

Setembro, 2021

## **Agradecimentos**

Agradeço a todas as pessoas que me acompanharam nesta etapa da minha vida.

Com estima, agradeço ao Instituto Politécnico de Setúbal, pela oportunidade de estudar aqui. A Escola Superior de Ciências Empresariais, a todo o corpo de docentes, que contribuíram directa ao indirectamente pela transmissão dos conhecimentos adquiridos ao longo destes anos.

Um especial agradecimento ao meu orientador Francisco Leote pelo incentivo na escolha do tema e por toda a disponibilidade e auxílio prestado, pelas palavras de incentivo, pela compreensão, paciência e pelas críticas construtivas.

Deixo também um agradecimento aos colegas de mestrado pelo companheirismo e entreaajuda na parte curricular do mestrado, que sempre me transmitiram força e coragem.

Por último, e não menos importante à minha família pelo esforço que fizeram diariamente e apoio incondicional para que eu seguisse este percurso académico, pois sem eles nada disto seria possível. Aos meus amigos, que sempre me acompanharam, por todo o apoio e por todo estímulo.

A todos, muito obrigada!

## **Resumo**

As Instituições de Ensino Superior (IES) apresentam a difícil tarefa de equilibrar a componente pedagógica e científica com todos os aspetos administrativos. Assim, é a parte financeira que permite retirar conclusões acerca da continuidade da instituição, tendo por base os resultados da entidade.

O presente estudo tem como objetivo analisar económica e financeiramente o Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), uma Instituição de Ensino Superior. Para cumprimento do objetivo geral pretende-se avaliar a entidade em termos financeiros durante sete anos, pelo que se recorre à análise das Demonstrações dos Resultados, dos Balanços e de alguns indicadores económico-financeiros calculados para os anos em estudo. Em termos de indicadores que permitam cumprir o objetivo de análise económico-financeira, analisam-se os indicadores de liquidez, a estrutura de capitais, a autonomia financeira do IPS, a sua capacidade de solvência medida pelo indicador de solvabilidade e o endividamento inerente a esta IES. Pretende-se ainda realizar uma análise evolutiva das demonstrações financeiras referidas. Além da análise financeira, o presente trabalho tem como objetivo específico a análise das atividades. Por fim, dá-se o contributo com a apresentação de uma proposta de indicadores que visem analisar económico e financeiramente as atividades de I&D, Inovação e Empreendedorismo.

Palavras-chave: Análise económico-financeira. Instituição de Ensino Superior. Indicadores.

## **Abstract**

The Higher Education Institutions (HEIs) have the difficult task of balancing the pedagogical and scientific component with all administrative aspects. Thus, it is the financial part that allows drawing conclusions about the institution's continuity, based on the entity's results.

This study aims to analyse economically and financially the Polytechnic Institute of Setubal (IPS), which is a Higher Education institution. In order to fulfil the general objective, it is intended to evaluate the entity in financial terms for seven years, for which reason an analysis of the Income Statements, Balance Sheets and some economic and financial indicators calculated for the years under study is used. In terms of indicators that enable the objective of economic and financial analysis to be met, the liquidity indicators, the capital structure, the financial autonomy of the IPS, its solvency capacity measured by the solvency indicator and the indebtedness inherent to it are analysed. HEI. It is also intended to carry out an evolutionary analysis of the aforementioned financial statements. In addition to financial analysis, this work has as its specific objective the analysis of activities. Finally, a contribution is made by presenting a proposal of indicators that aim to analyse economically and financially the activities of R&D, Innovation and Entrepreneurship.

**Keywords:** Economic-financial analysis. Higher Education Institution. Indicators.

# Índice

Introdução .....	1
1. O ensino superior .....	4
1.1 Breve caraterização do ensino superior.....	4
1.2 O Ensino Superior em Portugal.....	7
1.3 Gestão das Contas das Instituições de Ensino Superior.....	10
2. Enquadramento Teórico .....	13
2.1. O conceito e objetivos da análise da informação contabilística.....	13
2.2. Fontes de Informação Económico-Financeira das Instituições de Ensino Superior .....	16
2.3. Os indicadores e informação de base para a sua seleção. ....	17
3. Instituto Politécnico de Setúbal – Breve Enquadramento.....	21
3.1. Evolução histórica.....	21
3.2 Missão e Visão - Características gerais.....	22
3.3 Estrutura organizacional.....	23
3.4 Plano de atividades.....	25
3.5 Relatório de atividades.....	28
4. Metodologia .....	29
4.1 Abordagens gerais para a análise informação contabilística.....	30
4.2 Modelos de indicadores económico-financeiros .....	31
4.3 Seleção de indicadores para análise da informação contabilística de uma Instituição de Ensino Superior .....	33
4.3.1. Indicadores de Liquidez .....	33
4.3.2. Estrutura financeira e endividamento.....	34
5. Análise da informação contabilística do Instituto Politécnico de Setúbal .....	37
5.1. Análise da Demonstração de Resultados .....	37
5.2. Análise do Balanço .....	40
5.3. Análise de Indicadores .....	44
6. Proposta de indicadores económico-financeiros para análise das atividades de I&D, Inovação e Empreendedorismo no IPS.....	46
Conclusão e limitações do trabalho.....	51
Bibliografia .....	54

## Índice de Quadros

Quadro 1: Instituições e Cursos de Ensino Superior .....	8
Quadro 2: Demonstração de resultados: 2012 a 2018.....	38
Quadro 3: Evolução das rubricas da demonstração de resultados: 2012 a 2018.....	40
Quadro 4: Balanço: 2012 a 2018.....	41
Quadro 5 – Evolução do balanço: 2012 a 2018.....	43
Quadro 6: Rácios: 2012 a 2018.....	45
Quadro 7: Peso dos subsídios auferidos por via dos projetos nacionais e internacionais .....	46
Quadro 8: Financiamento medio de cada projeto .....	47
Quadro 9: Peso dos Gastos dos projetos nacionais e internacionais .....	48
Quadro 10: Evolução da atividade em termos de projetos de investigação.....	48
Quadro 11: Capacidade de criação de valor em Inovação.....	49
Quadro 12: Taxa de crescimento dos gastos existentes na participação e organização de eventos com publicações.....	49
Quadro 13: Gastos com mobilidade internacional.....	50
Quadro 14: Evolução da atividade Erasmus+.....	50

## Lista de figuras

Figura 1: Organigrama do IPS .....	24
Figura 2: Metodologia .....	32

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

CTESP- Curso Técnico Superior Profissional

ESCE-Escola Superior de Educação

ESS -Escola Superior de Saúde

ESSE-Escola Superior de Ciências Empresariais

ESTB -Escola Superior de Tecnologia do Barreiro

ESTS-Escola Superior de Tecnologia de Setúbal

IES- Instituição de ensino superior

IPS -Instituto Politécnico de Setúbal

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

I&D - Investigação e Desenvolvimento

POC - Plano Oficial de Contabilidade

PIB - Produto Interno Bruto

SNC-AP- Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública



## **Introdução**

Os sistemas educativos apresentam como objetivo o desenvolvimento da sociedade, sendo importantes para formalizar e definir todo o conjunto de iniciativas, processos e organizações que têm vindo a ser desenvolvidos pelas sociedades modernas para cuidar da educação dos seus membros. O elemento estrutural mais importante do sistema de ensino superior é uma Instituição de Ensino Superior (IES). O principal resultado de uma IES é a prestação e implementação de serviços educativos, pelo que surgem como um sistema socioeconómico. O principal objetivo é atender às necessidades dos indivíduos no âmbito do ensino profissional superior, bem como às necessidades da sociedade em termos de especialistas qualificados, por meio da prestação de serviços educacionais. As IES gozam de autonomia científica, pedagógica, cultural e disciplinar.

Além dos diferentes aspetos organizacionais das IES, considera-se que a análise informação contabilística é um aspeto relevante e que permite compreender diversas estratégias utilizadas. A análise financeira é um estudo que avalia a situação económica e financeira de uma empresa, num momento específico, tendo por base os dados contabilísticos recentes, relacionados tanto com a sociedade, bem como com o seu sector de atividade.

Klann et al (2012) consideram que a avaliação de desempenho das entidades era mais comum nas empresas com fins lucrativos. Ainda assim, com o aumento do número de entidades do setor não lucrativo, torna-se necessário compreender o funcionamento das mesmas, sendo para tal importante analisar as questões financeiras e económicas. Neste sentido, Silva (2005) considera que as entidades de ensino estão sujeitas a regras de competitividades e diferenciação, tal como ocorre nas empresas cujo objetivo é maximizar o lucro. Assim, é importante detalhar e analisar todas as informações com vista a compreender os processos e o desempenho das IES.

As IES apresentam muitos recursos que necessitam de gerir, tais como recursos humanos, recursos materiais e financeiros. Assim, Fernandes, Peguinho & Neiva (2014) consideram que um gestor deve conseguir garantir que a entidade possa ter acesso a todos os meios necessário em sede de financiamento para desenvolver a atividade de forma eficaz e eficiente, maximizando valor. Desta forma, o estudo da situação económico-financeira apresenta-se como uma mais-valia para todos os stakeholders, dado que é necessário ter informação contabilística para o processo de tomada de decisão.

Assim, é a vertente financeira que permite retirar conclusões acerca da continuidade da instituição, nomeadamente através da realização ou não de investimento, tendo por base a gestão dos recursos da entidade.

Qualquer entidade de ensino deve ter como objetivo o aumento da atratividade perante os alunos, mas também a existência de rentabilidade, otimizando os recursos que possui e aumentando os investimentos para acompanhar as tendências do setor do ensino. Tal como Muchanga (2018) realizou para a entidade de ensino superior que frequenta, pretende-se analisar a informação contabilística o IPS interpretando toda a informação a este nível, bem como os elementos qualitativos da mesma que permitam cumprir objetivos e aumentar o posicionamento no seio do setor do ensino superior. Tal como o autor indicado, pretende-se desenvolver uma pesquisa quantitativa baseada em métodos de pesquisa bibliográfica e documentais.

O presente estudo tem como objetivo analisar económica e financeiramente o Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), que se trata de uma IES. Para cumprimento do objetivo geral pretende-se avaliar a entidade em termos, pelo que se recorre à análise das Demonstrações dos Resultados, dos Balanços e de alguns indicadores económico-financeiros calculados para os anos em estudo. Em termos de indicadores que permitam cumprir o objetivo de análise económico-financeira, é importante analisar os indicadores de liquidez, como a liquidez geral da entidade, sendo que a liquidez reduzida perde sentido prático, na medida em que a entidade presta um serviço sem recurso a inventários. Por outro lado, é importante avaliar a estrutura de capitais, a autonomia financeira do IPS, a sua capacidade de solvência medida pelo indicador de solvabilidade e o endividamento. Pretende-se ainda realizar uma análise evolutiva das demonstrações financeiras referidas.

O trabalho tem ainda como objetivo propor um conjunto de indicadores de caráter económico-financeiro que possibilite a monitorização dos objetivos definidos pelo IPS no seu plano de atividade. O presente trabalho propõe indicadores no âmbito das atividades de I&D, inovação e empreendedorismo que se consideram relevantes para a análise dos objetivos definidos pelo IPS no plano de atividades.

O presente trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos.

No primeiro capítulo definido breve caracterização do ensino superior e gestão das contas IES.

No segundo capítulo é apresentada-se um enquadramento teórico relativo à componente da análise da informação contabilística.

No terceiro capítulo define-se a metodologia, realizando-se abordagens para a análise da informação contabilística. A consideração exaustiva destas abordagens tem o objetivo de estabelecer a abordagem mais adequada para o caso concreto do IPS.

No quarto capítulo é apresentado o IPS, destacando-se a sua estrutura organizacional e o plano de atividades, bem como o respetivo relatório de atividades.

O quinto capítulo analisa em termos económico-financeiros as contas do IPS, com recurso ao Balanço, Demonstração de Resultados e indicadores.

O sexto capítulo, dá-se o contributo com uma proposta de ferramentas de análise da informação contabilística no âmbito das atividades de I&D, inovação e empreendedorismo associado à concretização de projetos no IPS. Por fim, às conclusões e limitações do trabalho.

## **1. O ensino superior**

Na primeira parte deste capítulo, será abordada a temática do ensino superior em Portugal. Desta forma, torna-se importante ter em conta as diversas especificidades do ensino superior, bem como realizar a sua contextualização e enquadramento histórico até à atualidade. Além disso é importante ter em conta a organização do sistema educativo em Portugal e as reformas que integram o mesmo.

### **1.1 Breve caracterização do ensino superior**

A sociedade deve reproduzir um nível adequado de cultura, padrões morais, competências de trabalho e capacidade humana de conhecimento, o que não é possível sem a ajuda da educação, (Moreira e Candau, 2003).

Atualmente, a educação é vista como um fator decisivo no desenvolvimento da economia, juntamente com o capital, os recursos naturais, o sistema político e o nível de investimento (Dowbor, 2006).

A capacidade de trabalho deve ser considerada como fonte de capital na sua forma "humana" (Godinho et al, 2017). O capital humano é entendido como um conjunto de conhecimentos e outras competências humanas que afetam o crescimento da produção e do rendimento. Os investimentos que criam capital humano devem incluir os custos de educação e formação da mão de obra na produção.

De acordo com a teoria do capital humano, enunciada por Balassiano et al (2005), não existem diferenças fundamentais entre o capital humano e o capital material, uma vez que ambos geram rendimento.

Na ciência moderna, segundo Saviani (2015), a educação é definida como o resultado da assimilação de conhecimentos e competências. Este sistema de educação surge relativamente independente, tendo como principal objetivo, a formação e educação sistemática dos membros da sociedade.

De acordo com Tavares (1991), existem diferenças nos sistemas educativos, entre países mas também entre regiões e localidades. Segundo Benedito (2007), os sistemas educativos resultaram de uma luta política direta entre distintos grupos sociais pelo controlo social.

Conforme aborda Gómez (2007), todos os sistemas educativos têm como objetivo a transformação dos alunos, desenvolvendo valores, aptidões e uma cultura que lhes permite

contribuir para a evolução da sociedade. O elemento estrutural mais importante do sistema de ensino superior é uma IES. Este sistema sofreu alterações drásticas. Nas condições modernas regista-se o aparecimento da concorrência e forma-se o mercado dos serviços educativos (Leitão, 2010). As IES são afetadas pelo mercado e são assim obrigados a adotar um modelo intensivo de desenvolvimento e foco, tendo como base a diferenciação.

Segundo diversos autores, nomeadamente Morgado (2009) as IES possuem várias funções sociais e económicas importantes do Estado. Assim, pretendem preservar e aprimorar os valores morais, culturais e científicos da sociedade. E ainda satisfazer as necessidades do indivíduo no seu desenvolvimento intelectual, cultural e moral e formar a posição cívica e a capacidade de trabalho dos alunos. Por outro lado, apresenta ainda os objetivos de desenvolver o potencial cultural da nação, garantir a implementação do direito constitucional de um cidadão ao ensino superior, satisfazer as necessidades da sociedade e do Estado em especialistas qualificados, com ensino superior e pessoal científico e pedagógico de maior qualificação, contribuindo assim para o crescimento económico do país.

Drucker & Goldstein (2007) referem que as IES permitem a criação de conhecimento, a criação de capital humano, em que os estudantes e os investigadores desenvolvem competências, através de ensino à distância, programas de educação, entre outros, bem como a transferência do *know-how* existente e a aplicação de conhecimento para resolver um problema em atividades económicas e da sociedade civil. Os autores enfatizam ainda a sua função ao nível da inovação tecnológica, do investimento em capital, da liderança regional e da capacidade de envolvimento dos colaboradores das IES nas decisões da sociedade, na política, nas administrações na região. Por outro lado, as IES permitem a construção de infraestruturas de produção de conhecimento, tendo uma relação óbvia com as capacidades de aprendizagem, e com a inovação das empresas e dos trabalhadores.

Segundo Dias (2010), uma IES apresenta um valor social significativo para a sociedade, dado que permite obter especialistas com elevada qualificação, a qual surge como uma característica qualitativa da sua atividade. O processo educacional desenvolvido pelas IES e suas atividades científicas requerem a existência de recursos, sendo importante relacionar as atividades com os recursos humanos existente. Este processo tem sempre em conta a consideração dos requisitos da sociedade, do Estado e da economia.

As IES relacionam-se com os consumidores de serviços educativos, tais como a sociedade, o Estado e os cidadãos individuais (Goron, 2012). Uma IES é uma instituição social com uma estrutura complexa, tendo objetivos e tarefas a resolver, bem como uma variedade de

relações internas e ligações externas. Qualquer IES pode ser considerada como um sistema socioeconómico aberto complexo, com propriedades particulares e com a combinação de elementos e subsistemas interligados que interagem entre si, bem como com o ambiente externo.

As IES surgem como um sistema aberto que interage com o meio ambiente, encontrando-se em desenvolvimento contínuo, com mudanças constantes e com uma comunicação e estrutura consideradas complicadas. Por outro lado, verifica-se a singularidade e imprevisibilidade do comportamento da IES em condições específicas, devido à presença no sistema de um elemento ativo - uma pessoa (Gareeva, 2004).

O principal resultado de uma IES é a prestação e implementação de serviços educativos, conforme abordam Luca et al (2013). Para isso, tendo em conta as características observadas, as IES são criadas como um sistema socioeconómico que possui uma entrada, um processo de transformação e uma saída. As atividades da IES fazem sentido do ponto de vista dos objetivos estabelecidos somente quando o produto educativo que cria está a ser implementado, conforme referem Pereira e Forte (2008). Segundo Gonçalves e Machado (2017), o ambiente interno de uma IES é um conjunto interconectado e ordenado dos seus elementos. A análise das atividades da IES permite identificar as principais atividades, entre as quais se destacam o processo educacional e as atividades científicas. Por outro lado, deve ter-se sempre presente a necessidade de consumo de recursos, que são entendidos como meios de apoio utilizados na produção de serviços educativos. Esses incluem recursos materiais e técnicos, informativos, metodológicos, regulatórios, organizacionais e administrativos, financeiros e laborais.

Segundo Sabino et al., (2016), o subsistema técnico de uma IES inclui os seus edifícios, estruturas e equipamentos, que estão localizados num determinado local e permitem a especialização da produção de serviços educacionais. A especialização de uma IES é determinada pela tecnologia do seu funcionamento, a qual permite desenvolver processos tecnológicos específicos no âmbito da instituição de ensino superior. O subsistema social de uma IES inclui os seus funcionários, que por sua vez desenvolvem diversos produtos de pesquisa e prestam serviços educacionais. De acordo com o autor, o subsistema organizacional de uma IES inclui os métodos, os meios e as ferramentas para estabelecer uma certa ordem na implementação das suas atividades.

Segundo Elias (2016), os subsistemas técnicos, tecnológicos, organizacionais e sociais não são suficientes para fornecer serviços educacionais sem um subsistema económico, sendo importante que este último complemente os restantes. Os resultados das atividades educacionais

fornece fundos para o desenvolvimento de um novo processo. As receitas e os fundos governamentais recebidos pelas instituições de ensino devem ser adequados para pagar os seus recursos, tais como mão de obra e outros. Nesse caso, deve ser sempre assegurada a natureza cíclica de suas atividades e sua viabilidade em cada ciclo.

Cada um dos subsistemas não pode ser organizado sem ter em conta as propriedades e tarefas de toda a IES. O objetivo funcional desses subsistemas é garantir as atividades principais da IES, ou seja, o processo educacional e científico (Correia e Santos, 2013).

Atualmente, a interação da uma IES com o meio ambiente conduz à criação de um novo modelo organizativo baseado no conceito de IES empreendedora, cuja característica distintiva é sua política de inovação ativa (Dolzhenko, 1998).

## **1.2 O Ensino Superior em Portugal**

O sistema de ensino superior em Portugal tem sofrido diversas alterações (Neave e Amaral, 2011). Desde os anos 70, Portugal regista uma grande expansão sendo registado um aumento significativo do número de universidades públicas, bem como a criação de um sistema politécnico público e a abertura a entidades privadas no âmbito deste setor.

O sistema de ensino superior em Portugal é um sistema binário que integra tanto as universidades, como institutos politécnicos que apresentam estruturas de organização diversificadas e com diferentes naturezas jurídicas. Por um lado, o sistema inclui as instituições públicas e por outro lado, as instituições privadas. O ensino superior público corresponde a cerca 30% das instituições, sendo 19 pertencentes ao subsistema universitário (13 universidades, 1 instituto universitário e 5 escolas universitárias não integradas pertencentes ao ensino público militar e policial) e 20 ao subsistema politécnico (15 institutos politécnicos e 5 escolas politécnicas não integradas), conforme apresentado na tabela 1. No que se refere aos cursos, 78% são ministrados no ensino público, o que significa que a oferta pública é muito superior à oferta das entidades privadas, na medida em que estas tendem a especializar-se em determinadas áreas e ser muito competentes nas mesmas, ao invés de apresentar um vasto leque de oferta. Por outro lado, cerca de 57% dos cursos são ministrados no ensino universitário, sendo a percentagem de cursos dos politécnicos inferior.

Tabela 1. Instituições e Cursos de Ensino Superior

Instituições de Ensino Superior 107	Privado	Público	Politécnico	Universitário
	71	34	68	39

Cursos 4733	Público	Privado	Universitário	Politécnico
	3706	1028	2714	2051

Fonte: Direção Geral do Ensino Superior, 2020 <sup>1</sup>

Em termos geográficos, as instituições públicas cobrem a totalidade do território nacional, apresentando-se mais dispersas do que as privadas que se concentram nas áreas de Lisboa e Porto e nas zonas com maior população. A dimensão média das instituições públicas é de cerca de 6800 alunos, enquanto no privado a dimensão média desce para cerca de 920 alunos.

O ensino politécnico, inicialmente intitulado de ensino superior curto, começou com o Decreto-Lei 427-B/77, de 14 de outubro, que promoveu a criação de escolas de ensino superior de natureza essencialmente prática, voltadas para a formação de técnicos qualificados de nível superior intermédio. Mais tarde, o Decreto-Lei 513-T/79, de 26 de dezembro, veio alterar a designação para ensino politécnico, impregnado de uma tónica vincadamente profissionalizante, ao qual incumbe, em íntima ligação com as atividades produtivas e sociais, formar educadores de infância, professores dos ensinos primário e preparatório e técnicos qualificados nos domínios da tecnologia industrial, da produção agrícola, pecuária e florestal, da saúde e dos serviços, sendo essa formação conferida por escolas superiores de educação e escolas superiores técnicas, respetivamente.

A Lei n.º 49/2005, estabelece: “*O ensino universitário, orientado por uma constante perspetiva de promoção de investigação e de criação do saber, visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o*

<sup>1</sup> <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/ensino-superior-em-numeros?plid=371>



*exercício de atividades profissionais e culturais e fomento o desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação e de análise crítica.”* A mesma lei refere que o ensino politécnico, orientado por uma constante perspetiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos, visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais.”

Outra das mais recentes alterações refere-se à implementação do processo de Bolonha que conduziu a profundas alterações na estrutura do sistema de educação (David e Abreu, 2009). A implementação do Processo de Bolonha em Portugal originou a adoção de medidas essenciais com vista a promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior, melhorar os sistemas de apoio aos estudantes, incrementar os níveis de participação e conclusão em programas de ensino superior, atrair novos públicos num contexto de aprendizagem ao longo da vida e garantir as qualificações dos cidadãos portugueses no espaço europeu (FHEQ).

Consignado no Regime Jurídico das Instituições do ensino superior, e no seguimento da implementação do processo de Bolonha, são dois os graus académicos do ensino superior oferecidos pelos Institutos Politécnico em Portugal: licenciatura e mestrado. Desde o ano letivo de 2014/2015 que os institutos politécnicos asseguram uma nova oferta formativa denominado curso técnico superior profissional (CTESP), com a duração de dois anos, a qual não conferente de grau. Os indicadores educativos atuais mostram que Portugal permanece, ainda distante dos valores médios dos outros países europeus e das metas desejáveis da OCDE (Amaral e Fonseca, 2012).

As IES gozam de autonomia científica, pedagógica, cultural e disciplinar. A autonomia científica consiste na capacidade de definir, programar e executar a investigação e demais atividades científicas. A autonomia pedagógica abrange a capacidade para elaborar os planos de estudos, definir o objeto das unidades curriculares, definir os métodos de ensino, afetar os recursos e escolher os processos de avaliação de conhecimentos. A autonomia cultural traduz-se na capacidade de definir o programa de formação e de iniciativas culturais. A autonomia disciplinar confere o poder de punir, nos termos da lei e dos estatutos, as infrações disciplinares praticadas por docentes, investigadores e demais funcionários, bem como estudantes. As principais fontes de financiamento das IES portuguesas são o Orçamento do Estado, a receita própria (excluindo propinas) e as propinas (Oliveira, 2010).

A Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, estabelece o regime jurídico das IES, regulando designadamente a sua constituição, atribuições e organização, o funcionamento e competência dos seus órgãos e, ainda, a tutela e fiscalização pública do Estado sobre as mesmas, no quadro da sua autonomia.

### **1.3 Gestão das Contas das Instituições de Ensino Superior**

O sistema educativo é apoiado, financiado e desenvolvido pela sociedade permitindo obter progresso humano e capital com conhecimentos úteis à sociedade (Tavares, 1991).

As IES públicas gozam de autonomia financeira, nos termos da lei e dos seus estatutos, gerindo livremente os seus recursos financeiros conforme critérios por si estabelecidos, incluindo as verbas anuais que lhes são atribuídas no Orçamento do Estado. A autonomia de cada estabelecimento de ensino e a capacidade que cada um destes estabelecimentos tem para definir o seu modelo de gestão surgem como fatores muito importantes para o sistema educativo (Grilo, 2010). As universidades possuem plena autonomia, pelo que podem gerir a instituição do ponto de vista administrativo, científico, académico, estatutário, financeiro e disciplinar, criando cursos e escolhendo métodos de ensino (Terça, 2002).

No âmbito da autonomia financeira, as IES públicas elaboram os seus planos plurianuais, elaboram e executam os seus orçamentos, liquidam e cobram as receitas próprias, autorizam despesas e efetuam pagamentos, procedem a todas as alterações orçamentais, com exceção das que sejam da competência da Assembleia da República e das que não sejam compatíveis com a afetação de receitas consignadas.

O regime orçamental das instituições de ensino superior públicas obedece às seguintes regras:

- Fiabilidade das previsões de receitas e despesas, certificada pelo fiscal único;
- Consolidação do orçamento e das contas da instituição e das suas unidades orgânicas;
- Eficiência no uso dos meios financeiros disponíveis;
- Obrigação de comunicação dos instrumentos de gestão previsional e de prestação de contas;
- Sujeição à fiscalização e inspeção do ministério responsável pela área das finanças.

A elaboração dos orçamentos das instituições assenta, fundamentalmente, no orçamento histórico com base no ano anterior, sendo depois ponderado por alguns fatores, como o caso do

crescimento dos alunos na instituição, o início do funcionamento de novos cursos e outros, (Silva et al (2004).

De acordo com o art.º 4 do orçamento base de funcionamento, podemos concluir que, em cada ano económico, o Estado, pelos montantes fixados na Lei do Orçamento, financia o orçamento de funcionamento base das atividades de ensino e formação das instituições, incluindo as suas unidades orgânicas ou estruturas específicas. Por outro lado, este financiamento é indexado a um orçamento de referência, com dotações calculadas de acordo com uma fórmula baseada em critérios objetivos de qualidade e excelência, valores padrão e indicadores de desempenho equitativamente definidos para o universo de todas as instituições e tendo em conta os relatórios de avaliação conhecidos para cada curso e instituição.

As IES têm diferentes fontes de financiamento (Queiroz et al., 2011). Por um lado, existem determinadas dotações orçamentais que lhes são atribuídas pelo Estado, e por outro lado, existem as receitas provenientes do pagamento de propinas e outras taxas de frequência de ciclos de estudos e outras ações de formação. Além destas, deve considerar-se as receitas provenientes de atividades de investigação e desenvolvimento, bem como os rendimentos da propriedade intelectual, os rendimentos de bens próprios, as receitas derivadas da prestação de serviços tal como a emissão de pareceres e a venda de publicações. As IES recebem ainda subsídios, subvenções, participações, doações, heranças e legados, embora de forma menos comum. Deve ainda ter-se em conta o produto da venda ou arrendamento de bens imóveis, quando autorizada por lei, bem como de outros bens, assim como os juros de contas de depósitos e a remuneração de outras aplicações financeiras. Além destes, existem os saldos da conta de gerência de anos anteriores, o produto de taxas, emolumentos, multas, coimas e quaisquer outras receitas que legalmente lhes advenham, o produto de empréstimos contraídos, as receitas provenientes de contratos de financiamento plurianual celebrados com o Estado e outras receitas previstas na lei (Amaral e Rezende Pinto, 2010). A estrutura do rendimento da IES depende da sua dimensão, do número de estudantes, da atividade empresarial do estabelecimento de ensino e das suas atividades. Com isto, a criação de rendimentos é a tarefa mais importante da vida de uma instituição de ensino superior (Cerdeira, 2008; Nascimento, 2008).

Como a IES possui várias fontes de financiamento, a totalidade dos seus recursos financeiros pode ser classificada da seguinte forma:

- Financiamento orçamental de serviços e pesquisas educacionais;
- Renda proveniente de atividades de pesquisa contratual;

- Fundos extraorçamentais de atividades educacionais;
- Fundos afetados e recebimentos gratuitos de orçamentos de outros níveis, fundos extraorçamentais, pessoas jurídicas e pessoas físicas;

Combinando esses grupos de classificação, podemos estabelecer que os recursos financeiros da IES divide-se em duas partes principais: a componente orçamental e o componente extra orçamento (aluguer, propinas dos estudantes, trabalho de investigação, formação avançada, prestação de serviços à população, entre outros.).

Os custos suportados podem surgir associados à prestação de serviços educativos, bem como a impostos e a outros pagamentos obrigatórios.

As IES públicas podem recorrer ao crédito nos termos estabelecidos na lei, mediante autorização por despacho conjunto do ministro responsável pela área das finanças e do ministro da tutela (Antunes e Martinho, 2012). Com exceção das dotações transferidas do Orçamento do Estado e dos saldos das contas de gerência provenientes das dotações concedidas pelo Orçamento do Estado, podem as IES públicas depositar em qualquer instituição bancária todas as demais receitas que arrecadem.

As aplicações financeiras de cada IES pública devem ser realizadas no Tesouro, salvo para um valor que não exceda 25 % do seu montante total.

O princípio da não consignação de receitas não se aplica às receitas provenientes do Orçamento do Estado destinadas ao financiamento de despesas ou de projetos específicos, nem às receitas que, nos termos da lei ou de contrato, se destinem a cobrir determinadas despesas (Carvalho, 2010)

Segundo Santos et al (2013), a gestão patrimonial e financeira das instituições de ensino superior públicas é controlada por um fiscal único, designado, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, por despacho conjunto do ministro responsável pela área das finanças e do ministro da tutela, ouvido o reitor ou presidente, e com as competências fixadas no quadro-lei dos institutos públicos.

No financiamento das IES, é necessário ter em conta as características regionais e locais que afetam as suas atividades (Ferreira, 2019). Por exemplo, as características climáticas exigem a diferenciação das normas e regulamentos que regem os custos das IES para a manutenção atual dos edifícios e a sua reparação. As diferenças no estado da economia regional devem também ser tidas em conta, tais como salários médios na região, rendimentos per capita e níveis de preços.

## **2. Enquadramento Teórico**

### **2.1. O conceito e objetivos da análise da informação contabilística**

A análise das atividades financeiras e económicas é uma atividade focada do analista (interno e externo), consistindo na identificação de indicadores, fatores e algoritmos, o que permite dar uma descrição formalizada, explicação fatorial e justificativa dos factos da vida económica da empresa, contribuindo para o planeamento futuro.

Uma característica importante da análise é a possibilidade de decomposição do todo nas suas partes componentes. O significado dessa característica é descobrir os motivos que levaram a entidade à situação económico-financeira atual ou, mais importante, à situação que pode desenvolver-se no futuro.

A análise económico-financeira está vocacionada para a recolha, tratamento e análise de informação de carácter económico-financeiro, com o propósito de fornecer dados e informações financeiras confiáveis e relevantes para a gestão e, ainda, propor medidas corretivas (Fernandes, 2012).

Segundo Martins (2002), a análise económico-financeira equivale à realização de uma radiografia da entidade, numa perspetiva de evolução temporal, revelando pontos fortes e fracos e propondo medidas que ultrapassem as possíveis fraquezas detetadas. Esta análise avalia a situação económico-financeira de uma empresa, num momento específico. Esta técnica decorre a partir de documentos contabilísticos e de um conjunto de dados económico-financeiros recentes, relacionados tanto com a sociedade, bem como com o seu sector de atividade.

Para Neves (2004), a análise económico-financeira é um processo baseado num conjunto de técnicas que tem por objetivo avaliar e perceber a situação económico-financeira da entidade. Esta avaliação e interpretação centra-se em torno de questões fundamentais para a sobrevivência e progresso da entidade, tais como: equilíbrio financeiro, rentabilidade dos capitais, o crescimento, o risco e o valor criado pela gestão. Sendo assim, a sua realização irá permitir avaliar como a entidade se encontra em cada um destes indicadores.

Ao estudar a política de investimento, a política de financiamento e as riquezas criadas por uma entidade, a análise económico-financeira permite avaliar a sua rentabilidade (Passaia *et al.*, 2011). Através dos números, a análise financeira de uma entidade pode ser vista a diferentes níveis. Esta análise permite que potenciais compradores, banqueiros, funcionários, parceiros e fornecedores possam encontrar informações cruciais para compreender a força ou

o endividamento da entidade, a sua durabilidade e o seu desempenho, ou ainda as suas perspectivas de desenvolvimento (Neves, 2012; Freitas, 2009).

Segundo Cohen (1997), a análise económico-financeira surge como um conjunto de conceitos, métodos e instrumentos que permitem avaliar a situação de uma entidade, bem como os riscos aos quais esta se encontra sujeita. Na análise trata-se de recolher e analisar toda a informação contabilística da entidade, de forma a ajudar os gestores a tomarem as decisões mais acertadas para o futuro da entidade (Fernandes *et al.*, 2012). Este método pode ser definido como uma abordagem baseada na análise crítica da informação contabilística fornecida pela entidade para os seus *stakeholders*. Segundo Martins (2012), a análise económico-financeira visa a formulação de um diagnóstico acerca da entidade, permitindo a avaliação da rentabilidade e a obtenção de conclusões relativamente ao que é necessário para a sobrevivência da entidade. Em termos práticos, a análise económico-financeira, irá colocar, inicialmente, a entidade no seu ambiente económico: mercado, sector e redes de distribuição. Posteriormente, os objetivos podem alterar-se passando a dar-se ênfase à criação de riqueza, à política de investimento e à política de financiamento.

Todo este processo é fundamental para as diferentes partes interessadas na gestão da entidade, nomeadamente gestores, credores, trabalhadores e suas organizações, investidores, Estado e eventualmente clientes. Cada um deles tem diferentes interesses pelo que cada um fará uma análise diferente. Assim, existem métodos para avaliar ou monitorizar a situação de uma entidade. Estes métodos consistem na criação de relações entre os elementos do balanço e os resultados contabilísticos. Esta abordagem reúne os dois pólos da análise económico-financeira, ou seja, por um lado o equilíbrio financeiro, e por outro, a rentabilidade e a avaliação.

O objetivo da análise externa é avaliar a classificação da organização, estabilidade financeira, solvência e confiabilidade, ou seja, reduzir o risco de interação entre essa organização e suas contrapartes. De acordo com Cohen (1997), o objetivo é realizar uma avaliação da entidade, para avaliar a solvabilidade da entidade, relevante na concessão de crédito.

A análise económico-financeira é uma ferramenta indispensável para o bom funcionamento da entidade. A principal finalidade consiste no apoio à gestão de recursos limitados de um agente económico, da forma mais eficaz possível.

Segundo Kuhn e Lampert (2012) para ser capaz de avaliar a situação de uma entidade, a análise deve ter em conta as informações disponíveis, principalmente as da contabilidade ou de outras fontes fidedignas existentes. Normalmente, as etapas de uma análise são as seguintes:

- 1) Especificar os objetivos da análise;
- 2) Proceder a uma ampla revisão das demonstrações financeiras, sendo que esta avaliação geralmente concentra-se nas aplicações dos fundos (ativos), nos recursos (passivos), nas vendas/prestações de serviços e nos resultados;
- 3) Analisar o relatório do auditor, a declaração de políticas contabilísticas, as notas explicativas das demonstrações financeiras e outras informações relevantes;
- 4) Aplicar técnicas analíticas, tais como os indicadores e o estudo das demonstrações financeiras;
- 5) Elaborar um juízo sobre a situação, fazer recomendações e tirar conclusões.

Em síntese a análise económico-financeira pode ser realizada tanto pela equipa de gestão como por qualquer analista externo, uma vez que se baseia principalmente em informações públicas sobre as atividades financeiras e económicas da entidade.

A análise financeira tem um carácter retrospectivo, pois considera a avaliação da evolução ou variações contabilísticas registadas na entidade, bem como as características no momento da análise (Cunha, 2013). Assim, a análise financeira implica uma fase de síntese e interpretação. O propósito é determinar a avaliação provável da situação financeira da entidade, encontrada num determinado momento e que, potencialmente, contém os elementos ou factores de transformação desta situação.

A análise está intimamente ligada ao planeamento e previsão, pois sem uma análise profunda é impossível executar essas funções. Além disso é importante na avaliação da qualidade, na escolha dos indicadores e na verificação objetiva da implementação dos planos. A análise financeira permite promover o uso económico de recursos, a organização científica do trabalho, a prevenção de custos excessivos e várias deficiências no trabalho. Como resultado, a economia da entidade fortalece-se e a sua eficiência melhora.

De acordo com Oliveira (2004), a avaliação de entidades é um processo sustentado, em que são avaliados e analisados todos os elementos externos e internos da entidade, consoante os objetivos pretendidos pela avaliação.

## **2.2. Fontes de Informação Económico-Financeira das Instituições de Ensino Superior**

Para proceder a uma correta análise económico-financeira da entidade é fundamental ter acesso à informação contabilística. As instituições de ensino superior públicas têm o dever de informação ao Estado como garantia de estabilidade orçamental e de solidariedade recíproca. E ainda o dever de prestarem à comunidade, de forma acessível e rigorosa, informação sobre a sua situação financeira (Art.112, RJIES).

O regime orçamental das IES públicas obedece às seguintes regras: Fiabilidade das previsões de receitas e despesas, certificada pelo fiscal único; consolidação do orçamento e das contas da instituição e das suas unidades orgânicas; e, eficiência no uso dos meios financeiros disponíveis.

A consolidação de contas é obrigatória para as IES desde o ano económico de 2002 e para os demais grupos públicos, integrando, cada um deles, as suas faculdades, escolas, institutos ou unidades, serviços de ação social, fundações e ainda todas as demais entidades em que se verifiquem as condições de controlo ou sua presunção.

Ao nível da normalização contabilística as IES públicas, anteriormente, estavam sujeitas ao Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC-Educação) (RJIES). Contudo, este sistema de normalização contabilístico foi substituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), com aplicação a partir de 1 de janeiro de 2018.

O SNC-AP compreende as considerações técnicas, os princípios contabilísticos, os critérios de valorimetria, o balanço e a demonstração dos resultados, os mapas de execução orçamental, os anexos às demonstrações financeiras, o quadro de contas e suas notas explicativas, as normas de consolidação de contas e a estrutura do relatório de gestão. Como exemplos de documentos de prestação de contas consolidadas, temos: relatório de gestão consolidado; balanço consolidado; demonstração dos resultados por natureza consolidados; Anexos às demonstrações financeiras consolidados. A conjugação destes documentos permite ao analista, com base em valores passados, emitir uma opinião baseada na situação passada e tentar perspetivar o futuro.

Embora os objetivos de cada análise económico-financeira de cada grupo ou indivíduo possam ser diversos, recorrem a um conjunto de técnicas que se baseiam fundamentalmente nestes mapas que resumem um conjunto importante de informações contabilísticas (Neves, 2004).



As demonstrações financeiras são a principal fonte de “matéria-prima” informativa de que o analista recorre no seu trabalho. Como tal a qualidade da informação por elas proporcionada ou, dito de outra forma, a fiabilidade dessas demonstrações, vai ser determinante para a qualidade da análise (Moreira, 1999).

O balanço, suporte de análise estática, consiste numa peça essencial para a formulação de um diagnóstico orientado para a avaliação das condições de equilíbrio financeiro ou da solvabilidade (Cohen, 1996).

O balanço representa o património da entidade num dado momento, geralmente no último dia do ano. A partir da compreensão da situação económico-financeira da entidade, informação alcançada através da análise dos indicadores, o gestor poderá adotar medidas mais acertadas. Deste modo, pode evitar problemas futuros, mantendo a entidade nos níveis adequados de liquidez, rentabilidade e endividamento. Os gestores têm necessidade de ter à sua disposição toda a informação que considerem importante para uma correta avaliação da entidade.

A demonstração dos resultados apresenta o desempenho económico da entidade em determinado período de tempo. O recurso a esta demonstração permite efetuar comparações com períodos anteriores. Por outro lado, esta demonstração permite verificar os desvios existentes e realizar previsões. A demonstração dos resultados integra gastos e rendimentos, sendo que a diferença entre estes é o resultado obtido pela entidade, o qual pode ser positivo ou negativo. Os gastos correspondem a todas as saídas de recursos que ocorreram na empresa contribuindo de forma negativa para o capital próprio, por via do resultado. Os rendimentos são as entradas de recursos e conduzem a um aumento do capital próprio, por via do resultado.

### **2.3. Os indicadores e informação de base para a sua seleção.**

O núcleo central de qualquer sistema de informação são os indicadores que o compõem, que normalmente não se manuseiam de forma individual, mas organizados em sistemas de indicadores dispostos para a leitura e análise pelos distintos utilizadores.

Ter um bom sistema de indicadores permite uma análise profunda e abrangente do desempenho da entidade. A medição sistemática e periódica dos resultados, por meio de indicadores, permite que a entidade faça intervenções precisas e fundamentadas que vão agregar valor à atividade.

Um indicador pode definir-se como um elemento instrumental básico que permite o desenvolvimento de sistemas de informação que, em conjunto com outros instrumentos, tem como objetivo melhorar, ordenar, controlar e valorizar a gestão das entidades.

Para qualquer indicador, independentemente do tipo e do que queira medir, deve definir-se de forma precisa especificando: a unidade de medida, os elementos que o compõem, a origem dos dados, a periodicidade com que se mede, a fórmula de cálculo e o significado que se deve dar ao resultado obtido.

Logo na primeira fase surgem as primeiras dificuldades uma vez que não é fácil conseguir um consenso entre os que produzem a informação e os que dela beneficiam. E estas dificuldades afetam quase todos os elementos que compõem o sistema de indicadores, particularmente o significado e a interpretação do resultado, que se traduz num obstáculo, nos casos em que se devem realizar comparações (Carot, 2017).

Um indicador deve ser pertinente, válido, fiável, comparável, comunicável, resistente à manipulação, exequível no seu cálculo e económico. Por seu lado, os sistemas de indicadores devem ser completos, pertinentes, o mais simples possíveis e úteis para os objetivos dos distintos grupos interessados. Para além disso, devem ser aceites pelas partes interessadas.

Segundo Grateron (1999) devem ter-se em consideração as seguintes características para um indicador de desempenho:

- relevância: a informação deve ser imprescindível para controlar, informar, tomar decisões e estabelecer meios de correção;
- pertinência: o indicador deve ser adequado ao que se quer medir, permitindo a sua validade no tempo e espaço;
- objetividade: o cálculo das medições das variáveis tem de ser perceptível e fiável;
- inequívoco: não pode haver possibilidade de errar a interpretação, isto é, o conceito a ser expresso deve ser claro;
- sensibilidade: a unidade de medição do indicador deve ser eficaz, de modo a identificar e verificar a importância de pequenas variações;
- precisão: a margem de erro deve ser calculada e aceitável, ou seja, desprovida de indícios que possam distorcer a sua interpretação;
- relação custo/benefício: o custo para obter o resultado da aplicação do indicador deve ser menor que o benefício da informação que fornece e, ao mesmo tempo, deve permitir identificar, calcular e interpretar as variações ocorridas em relação à qualidade, quantidade, tempo e custo.

A análise dos indicadores é a técnica mais utilizada no processo de análise económico-financeira de uma entidade. Este método possibilita o estudo da evolução da situação de uma entidade através do estabelecimento de relações entre contas e agrupamento de contas do balanço, da demonstração dos resultados, da demonstração dos fluxos de caixa ou outros documentos contabilísticos. A denominação das relações mencionadas não é unânime, sendo frequentemente utilizada na literatura existente designações como rácios, indicadores, índices, coeficientes, entre outras (Neves, 2012).

Relativamente à possibilidade de classificação dos indicadores económico-financeiros estes são, normalmente, classificados de acordo com a informação que proporcionam. No entanto, esta separação dos indicadores por tipos não se encontra normalizada, atribuindo cada autor a sua própria denominação aos diversos grupos de indicadores. A classificação mais comum divide os vários indicadores existentes de acordo com a sua natureza, podendo esta ser, por exemplo, financeira, económica, económico-financeira ou técnica. Assim, uma forma de agrupar os indicadores poderá ser a seguinte:

- Indicadores financeiros: que se debruçam sobre aspetos exclusivamente financeiros, relacionando as diversas rubricas do balanço. Analisam-se aspetos como a estrutura financeira, a capacidade de endividamento e a solvabilidade.

- Indicadores económicos: têm por base as grandezas incluídas na demonstração dos resultados, focando-se por isso estritamente em aspetos relacionados com a situação económica da entidade. Abordam, portanto, aspetos como a estrutura de rendimentos e gastos, as margens de rentabilidade ou a capacidade de autofinanciamento.

- Indicadores económico-financeiros: expressam relações económico-financeiras, recorrendo para isso a rubricas do balanço e da demonstração dos resultados.

- Indicadores de funcionamento ou de atividade: estes possibilitam a avaliação da eficiência com que a entidade gere os ativos que possui, permitindo, portanto, explicar alguns impactos financeiros da gestão ao nível do ciclo de exploração. Estes estão intimamente relacionados com a natureza da atividade da entidade em análise.

- Indicadores técnicos: relacionam-se com aspetos relativos à produção e às atividades em geral, encontrando-se normalmente expressos em unidades físicas. Torna-se possível através destes estudar, por exemplo, o rendimento do equipamento ou a produtividade da mão-de-obra.

- Indicadores de mercado: este tipo de rácios não é aplicável a todo o tipo de entidades, restringindo-se àquelas que se encontram cotadas em bolsa. Estes relacionam grandezas do

balanço ou da demonstração dos resultados com as cotações das ações das entidades, que se traduzem em informações essenciais para todos os interessados em investir no mercado de capitais.

Pinho e Tavares (2012) optam por uma classificação dos indicadores económico-financeiros de uma forma mais detalhada, agrupando-os em oito categorias: indicadores de liquidez; indicadores económicos; indicadores de funcionamento; indicadores de endividamento; indicadores de rendibilidade; indicadores de risco; indicadores de equilíbrio financeiro e indicadores de mercado. Contudo, esta classificação adotada por Pinho e Tavares (2012) não inclui mais ou menos indicadores do que os considerados na classificação mais comumente utilizada e descrita anteriormente.

No que diz respeito à interpretação dos indicadores económico-financeiros, estes não representam por si só a situação económico-financeira da entidade, ou seja, trata-se apenas de resultados numéricos que devem ser interpretados da forma mais apropriada. Moreira (1999) confirma esta ideia, afirmando que interpretar indicadores exige um conhecimento adequado da entidade e do ambiente que a rodeia; interpretar não é apenas fazer uma leitura do indicador; e interpretar deve consistir num processo de síntese.

### **3. Instituto Politécnico de Setúbal – Breve Enquadramento**

#### **3.1. Evolução histórica**

O Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) foi criado em 1979, tendo os seus estatutos sido aprovados somente em dezembro de 1995.

A sua primeira unidade orgânica, a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (ESTS), foi legalmente formalizada em 1979 e em setembro de 1988, iniciou a lecionação dos primeiros cursos de bacharelato no domínio das Engenharias. Em 1985 é constituída a Escola Superior de Educação (ESE), direcionada para a formação na área da educação.

Numa lógica natural de expansão do IPS, em dezembro de 1994 é criada a Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE), com a função principal de intervir nas áreas das Ciências Empresariais. A ESCE iniciou as atividades letivas em 1995/96.

A Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (ESTB) iniciou as suas atividades formativas no ano letivo de 1999/2000. A sua criação visou responder ao interesse, demonstrado por vários concelhos da zona ribeirinha do Tejo, de ver instalada uma instituição de ensino superior na sua zona de influência. Criada em março de 2000, a Escola Superior de Saúde (ESS) é a mais recente unidade orgânica do IPS.

O IPS engloba atualmente, para além dos Serviços Centrais e das cinco escolas superiores, os Serviços de Ação Social e um Clube Desportivo que dispõe de um Pavilhão Gimnodesportivo onde se desenvolve um conjunto variado de atividades desportivas e recreativas, aberto à comunidade.

Com cerca de 5.700 estudantes nos vários cursos ministrados, mais de 500 docentes e o apoio de cerca de 160 funcionários não docentes, o IPS é a instituição mais importante de ensino superior público do distrito de Setúbal. Num estudo recente sobre o impacto na região, demonstra-se que por cada euro investido pelo estado, o IPS consegue gerar 3,51€ para a região. Adicionalmente, o IPS é a segunda instituição com maior número de empregados no Concelho de Setúbal e representa cerca de 2% do PIB, gerando cerca de 54 milhões de euros<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>AINST/16/00019 — Relatório de autoavaliação institucional [web\\_gessi\\_docs.download\\_file\(ips.pt\)](http://web_gessi_docs.download_file(ips.pt))

### **3.2 Missão e Visão - Características gerais**

O IPS é uma IES que visa contribuir para o desenvolvimento sustentado da sociedade, em articulação com os parceiros sociais, através do desenvolvimento de atividades de formação, de investigação e desenvolvimento, de transferência de conhecimento e tecnologia, na prestação de serviços à comunidade e ainda de divulgação e promoção da ciência e da cultura.

Para além da formação no âmbito do ensino superior politécnico, o IPS integra a prática de investigação e desenvolvimento e a transferência de conhecimento e tecnologia como componente imprescindível da sua atividade, quer como suporte à atividade de formação, quer ainda como fator de interação e compromisso com a comunidade. No âmbito das suas competências e para além da contribuição para o desenvolvimento da sociedade através das suas atividades de formação, criação, desenvolvimento e difusão do conhecimento, o IPS assume a sua total disponibilidade para a prestação de serviços à comunidade, em conformidade com os recursos e competências e de acordo com as necessidades da envolvente.

Privilegiando a região em que se encontra localizado e para a qual tem uma responsabilidade específica atribuída no âmbito do ensino superior, o IPS tem uma atuação pró-ativa a nível nacional e internacional, que resulta no reforço das suas competências na sua intervenção local.

Funcionando como um todo integrador das suas unidades orgânicas, o IPS procura, de forma permanente, a construção e consolidação de uma identidade, racionalizando e otimizando a aplicação e a afetação dos recursos, concertando políticas de funcionamento e, sobretudo, procurando o estabelecimento de um clima de bem-estar, motivação e partilha a toda a sua comunidade. Assim, como forma de traduzir os seus ideais e orientações globais a difundir por todos os seus membros e à comunidade e tendo em vista a congregação de esforços para a prossecução dos objetivos gerais, enuncia-se a missão como sendo:

A visão do IPS é constituída pelos pontos que se seguem: “Ser uma referência no ensino superior, impulsionador do desenvolvimento científico, tecnológico, económico e sociocultural”

Nesse âmbito, tem como atribuições:

- A realização de ciclos de estudos no âmbito da formação terciária que visem a atribuição de graus académicos de nível superior, bem como de cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei e dos estatutos do IPS;
- A criação do ambiente educativo apropriado às suas finalidades;

- A realização de atividades de investigação e o apoio e participação em instituições científicas;
- A transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico e a promoção do empreendedorismo;
- A realização de ações de formação profissional e de atualização de conhecimentos;
- A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao seu desenvolvimento;
- A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com outras instituições de ensino superior, nacionais e estrangeiras, numa articulação que vise o estabelecimento de parcerias;
- A contribuição para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua portuguesa e os países europeus;
- A produção e difusão do conhecimento e da cultura;
- A promoção e facilitação da inserção dos estudantes na vida ativa e na sociedade;
- A promoção das qualificações da população ativa e da excelência das organizações;
- A promoção da qualidade das aprendizagens e do sucesso escolar e uma adequação curricular dos cursos, respondendo às necessidades da economia e da sociedade;
- A promoção da formação, qualificação e desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente;
- A promoção da coesão económica e social;
- A promoção da responsabilidade social na comunidade interna e no meio envolvente.

### **3.3 Estrutura organizacional**

O IPS desenvolve as suas atividades através de unidades orgânicas e outras unidades, bem como serviços identificados, respetivamente, pelos objetivos que prosseguem e pelas funções que desempenham, considerados nucleares na concretização da missão institucional e objetivos.

As unidades orgânicas atuam nos domínios do ensino, da investigação e da prestação de serviços, de modo coordenado entre si, bem como de outros organismos internos ou de cooperação externa de âmbito específico, nos domínios da ciência e tecnologia, da formação, da cultura e da ação social escolar.

O IPS é constituído por cinco unidades orgânicas de ensino, a saber:

- Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (ESTS);
- Escola Superior de Educação (ESE);
- Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE);
- Escola Superior de Saúde (ESS);
- Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (ESTB).

As cinco unidades orgânicas (Escolas) encontram-se implementadas em dois campi: o campus de Setúbal (ESE; ESTS; ESCE e ESS) e o campus do Barreiro (ESTB).

Todas as Escolas dispõem dos seguintes órgãos: Conselho de Representantes; Diretor; Conselho Técnico-científico; Conselho Pedagógico. A Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE) dispõe ainda de um conselho coordenador e um conselho consultivo e a Escola Superior de Saúde (ESS) também dispõe de um conselho consultivo (ver figura n.º 1).

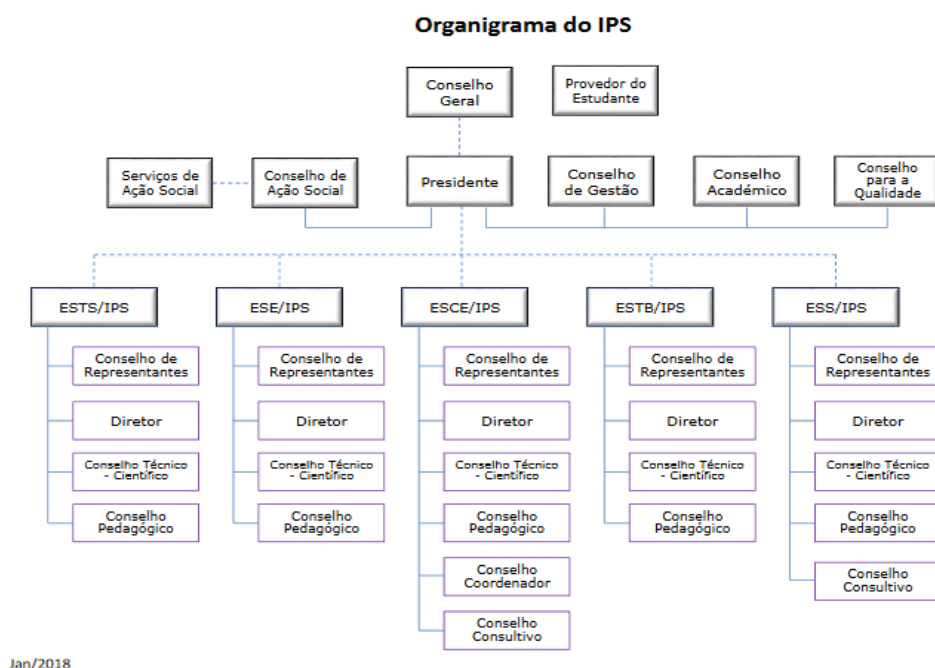


Figura 1 – Organigrama do IPS



### **3.4 Plano de atividades**

O plano de atividades é elaborado com base no plano estratégico do IPS, sendo elaborado de acordo com quatro eixos de intervenção. O eixo 1 refere-se ao ensino e aprendizagem de qualidade reconhecidas, o eixo 2 diz respeito ao conhecimento e inovação, o eixo 3 refere-se à abertura da comunidade e ao seu grau de internacionalização, enquanto o eixo 4 diz respeito à promoção de uma governação inclusiva e sustentável.

No âmbito do eixo 1, o IPS tem como objetivo principal o aumento do número de estudantes, definido como meta um aumento para 5900 do número total de estudantes em 2018, bem como o aumento de 10% dos alunos de mestrado, atingindo assim 75% do preenchimento das vagas existentes no IPS. Para cumprimento do objetivo e das metas definidas, o IPS planeia a implementação de um sistema de Student Relationship Management, a promoção do concurso para maiores de 23 anos, bem como a deslocalização das ofertas para as regiões de Lisboa e Alentejo. Pretende-se ainda desenvolver campanhas de divulgação para atrair estudantes internacionais e assim cumprir a primeira meta referida. No que diz respeito aos alunos de mestrado, pretende-se organizar eventos que assinalem a relevância do IPS, realizando sempre campanhas junto dos estudantes de licenciatura, para que procedam à continuidade de estudos no IPS. Além disto, pretende-se estabelecer parcerias com escola de ensino profissional, escolas secundárias e outros centros protocolados.

Ainda no que diz respeito ao eixo 1, o IPS define como objetivo a melhoria do sucesso escolar, definido como meta o mantimento da taxa de sobrevivência existente. Para conseguir cumprir tal objetivo, o IPS dá continuidade a alguns seminários existentes, assegura o cumprimento de todos os programas existentes, dinamizar a regulamentação acerca da avaliação dos estudantes e cria respostas formativas adequadas aos estudantes com dificuldades. Um outro objetivo definido refere-se à redução do abandono escolar, tendo como meta a redução da taxa de abandono para 15%, ou seja, pretende-se reduzir em 1,2 pontos percentuais esta taxa. Para cumprir tal meta, o IPS efetua uma monitorização de proximidade relativamente aos pagamentos de propinas, identifica situações de risco, cria apoios sociais e divulga os mesmos junto dos estudantes com dificuldades. Estes objetivos definidos enquadram-se numa tentativa de melhoria contínua do processo de aprendizagem, aos quais se junta o objetivo de desenvolvimento de competências transversais, definindo-se como meta a realização de 20 ações de promoção de integração dos estudantes no mercado de trabalho. Para

tal, o IPS elabora o portal do IPA dedicado ao emprego, realiza workshops nesta área, divulga oferta de emprego e cria o atendimento presencial neste sentido.

O acompanhamento do percurso profissional dos diplomados surge como outro objetivo operacional, perante o qual se estabelece como meta a publicação do relatório do percurso profissional dos mesmos. Para cumprimento do objetivo aplicam-se questionários.

No âmbito do eixo 2, o IPS tem como objetivo principal a promoção de atividades de investigação com entidades externas, definindo como meta a participação em quatro projetos internacionais e a participação em dez projetos nacionais. Para tal, promove-se a rede de parcerias nacionais e internacionais, identificam-se parceiros estratégicos, reforça-se a autonomia na gestão de verbas para investigação e participa-se em plataformas na área em causa. Um outro objetivo passa pelo aumento da divulgação e visibilidade da investigação levada a cabo, pelo que se pretende aumentar em 10% o número de documentos divulgados nesta área, elaborar um portfólio e um anuário científico do IPS. Para que tal seja concretizado, pretende-se criar incentivos ao depósito de documentos, dar apoio administrativo nesta área, garantir a ligação das bases de dados, recolher dados e elaborar um relatório com toda a informação. A participação do corpo docente e dos estudantes na investigação surge como outro objetivo para 2018, definindo-se que pelo menos 7,5% dos alunos devem proceder a esta participação, o que corresponde a pelo menos cinco alunos. Para cumprir isto cria-se um prémio anual de investigação e realizam-se mecanismos de integração na investigação.

Ainda no eixo 2, mas ao nível da inovação e empreendedorismo, o IPS tem como objetivo intensificar o apoio à criação de empresas e à transferência de tecnologia, promovendo o empreendedorismo. Assim, define-se como metas a incubação de 10 ideias de negócio, a criação de pelo menos duas empresas e a submissão de pelo menos 7 planos de negócios. Para tal assegura-se o apoio técnico às ideias de negócio, acompanha-se o plano, reforça-se a ligação entre entidades e oferecem-se serviços de consultoria para as novas empresas.

No âmbito do eixo 3, o IPS tem como objetivo principal o aumento da mobilidade internacional, pretendendo aumentar em 5% esta mobilidade e aumentar o grau de satisfação dos utentes para 4 numa escala até 5. Para tal ocorrer, o IPS divulga a oferta, oferece uma parte dos módulos leccionados, cria ligações com outras entidades no sentido de receber estudantes internacionais, realiza convites a alunos que possam ter impacto no IPS e organiza sessões para clarificação da questão da mobilidade. Ainda neste âmbito, o IPS tem como objetivo a organização de eventos científicos internacionais, definindo como meta a realização de 3

eventos. Além disso, pretende aumentar a participação dos estudantes no Erasmus+, aumentando em 5% o número de projetos submetidos neste sentido.

Ainda no eixo 3, o IPS define como objetivo o reforço da visibilidade do IPS, tendo como meta a visibilidade nos meios de comunicação. Estes objetivos são cumpridos com a dinamização de projetos, com a colaboração com outras entidades e com o estabelecimento de relações de proximidade com outras instituições de ensino. Por fim o IPS pretende aumentar a prestação de serviços ao exterior, tendo como meta os 320.000€ em receitas provenientes desta fonte. Para cumprir esta meta, o IPS pretende executar um programa de visitas às empresas, realizar feiras no âmbito da tecnologia e promover protocolos com associações empresariais.

No âmbito do eixo 4, o IPS tem como objetivos principais a revisão dos estatutos, a criação de um sistema interno e gestão de qualidade e a criação de um sistema de informação que sirva de suporte à tomada de decisão. Para tal, será votada uma nova proposta dos estatutos, serão realizadas auditorias internas, implementados sistemas de work-flow e realizadas atualizações nos sistemas existentes. No âmbito da cultura, o IPS tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento de atividades sociais e culturais, tendo como meta a realização de quatro ciclos culturais, bem como a implementação de sete iniciativas em parceria. Para tal ser concretizado, pretende-se dinamizar o espaço cultural, realizar parcerias, participar em atividades de acolhimento e de caráter social e promover ações acerca da responsabilidade social.

Ainda no eixo 4, o IPS pretende desenvolver a capacidade científica e pedagógica dos docentes, tendo como meta o aumento do número de docentes doutorados, e a participação de 85% dos trabalhadores não docentes em ações de formação. Para tal, reduzem-se as horas letivas dos docentes e ao nível dos não docentes, faz-se um levantamento das necessidades, elaborando um plano de formação e promovendo as que mais de adequam. No que diz respeito à otimização dos recursos físicos e financeiros, o IPS tem o objetivo de realizar obras nos espaços e melhorar a eficiência dos recursos. Assim, deve proceder-se ao lançamento de um concurso para a obra, criar espaços destinados a pessoas com mobilidade reduzida, inserir sinalética, elaborar e detalhar um caderno de encargos e realizar o diagnóstico de todos os espaços.

### **3.5 Relatório de atividades**

No que se refere ao primeiro eixo definido pelo IPS, o aumento do número de estudantes foi atingido, tendo aumentado para 6989 alunos. Também os objetivos de aumento dos estudantes de mestrado e do preenchimento das vagas foram conseguidos, dado que os estudantes de mestrado aumentaram 12% e as vagas foram preenchidas em 76%. A taxa de sucesso escolar reduziu em 11 pontos percentuais e por isso o IPS não conseguiu atingir esta meta, verificando-se o mesmo com a taxa de abandono escolar que aumentou em 0,7 pontos percentuais. No entanto, ao nível das atividades de apoio à inserção cumpriram-se os objetivos, tendo sido realizadas 24 ações neste âmbito.

No eixo 2, cumpriram-se os objetivos de participação em projetos internacionais, tendo integrado seis destes projetos. Foram ainda elaboradas 14 candidaturas, cumprindo-se o objetivo relativo às mesmas. Por outro lado, o número de documentos de investigação publicados triplicou, cumprido de forma clara o objetivo. Contudo, não foi conseguida a elaboração do portfólio, nem do relatório anual científico. Por outro lado, o número de alunos que integraram a investigação não atingiu o pretendido, facto que foi cumprido nos docentes, dado que 23,4% participaram em investigação. Quanto às ideias de negócio e ao número de empresas criadas, as metas foram atingidas. No entanto, apenas se realizaram cinco planos de negócios, sendo que a meta era de sete.

No terceiro eixo do IPS, cumpriram-se todos os objetivos definidos e as metas estabelecidas. A taxa de mobilidade aumentou em 22%, enquanto o número de estudantes estrangeiros aumentou 42% e o número de projetos Erasmus aumentou 11%. Foram realizadas duas semanas internacionais e 21 eventos científicos. Além disso, a satisfação dos estudantes internacionais atingiu os 4,9 pontos na escala definida. A visibilidade do IPS aumentou, aumentou o número de membros e foi atribuído o prémio definido. Em termos de prestações de serviços ao exterior, estas aumentaram para 468.927€.

No eixo 4, o IPS ainda tem em curso a elaboração de novos estatutos, não tendo cumprido o objetivo em 2018. Contudo, o objetivo de certificação foi cumprido. Foram realizados mais três ciclos culturais do que os definidos e mais 27 eventos de responsabilidade social. Além disso, existem agora mais oito docentes doutorados. As obras foram realizadas e terminadas e o uso de recurso foi reduzido, tanto em termos de energia como água. Ainda assim, o objetivo de formação do pessoal não docente, não foi cumprido, dado que apenas 54,1% tiveram formação.

## 4. Metodologia

De acordo com Bell (2004) uma metodologia baseada na pesquisa visa o enriquecimento em termos de conhecimento acerca da temática em causa. Albarello et al (2005) defende que qualquer metodologia deve ser selecionada tendo por base os objetivos a cumprir e os resultados esperados. Neste caso a metodologia é quantitativa, uma vez que os dados recolhidos e que permitem comprar o objetivo são quantitativos. Por outro lado, trata-se de uma análise documental, dado que se torna necessário recolher documentos tais como as demonstrações financeiras e relatórios de contas no método de pesquisa levado a cabo.

No que se refere a procedimentos técnicos, a metodologia adequada refere-se a uma pesquisa bibliográfica combinada com uma análise documental, tal como sugere Fonseca (2002) para casos com objetivos idênticos aos definidos. Assim, a componente de pesquisa bibliográfica exige o levantamento de diversas referências bibliográficas importantes, tais como livros e artigos científicos. Em termos de metodologia documental é importante utilizar os relatórios de contas e de atividades do IPS dado que surgem como os documentos mais fidedignos para a obtenção dos dados para desenvolvimento do trabalho.

O presente estudo tem como objetivo analisar económica e financeiramente o Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), que se trata de uma IES. Para cumprimento do objetivo geral pretende-se avaliar a entidade em termos financeiros durante sete anos, pelo que se recorre à análise das Demonstrações dos Resultados, dos Balanços e de alguns indicadores económico-financeiros calculados para os anos em estudo. Em termos de indicadores que permitam cumprir o objetivo de análise económico-financeira, é importante analisar os indicadores de liquidez, a estrutura de capitais, a autonomia financeira do IPS, a sua capacidade de solvência medida pelo indicador de solvabilidade e o endividamento. Pretende-se ainda realizar uma análise evolutiva das demonstrações financeiras referidas.

O trabalho tem ainda como objetivo propor um conjunto de indicadores de caráter económico-financeiro que possibilite a monitorização dos objetivos definidos pelo IPS no seu plano de atividade, nomeadamente propõe indicadores no âmbito das atividades de I&D, inovação e empreendedorismo.

As principais fontes de informação, os dados das variáveis contabilísticas são obtidos através das demonstrações financeira, no relatório e contas do IPS. Já para proposta de indicadores usamos informações constantes nos Planos e nos Relatórios de Atividades do IPS.

#### 4.1 Abordagens gerais para a análise informação contabilística

Para a análise da informação contabilística, utiliza-se uma ampla variedade de métodos de análise: análise estrutural, estrutural-dinâmica, tendência, análise de coeficiente; análise fatorial usando métodos de substituição de cadeia, análise integral, correlação, regressão e exponencial, bem como técnicas comuns como a comparação absoluta dos níveis alcançados, o cálculo dos desvios absolutos e relativos do “património líquido”, detalhando os indicadores para sua comparação, agrupamento, desconto, etc.

Na prática da análise financeira, os seguintes métodos básicos de análise das demonstrações financeiras são frequentemente usados:

- análise horizontal - uma comparação de cada linha das demonstrações financeiras com o período anterior. Para Matarazzo (2010), a análise horizontal *“baseia-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série”*.
- análise vertical - determinando a estrutura dos indicadores financeiros finais, revelando a influência de cada posição no resultado, refletida no relatório como um todo. Assaf Neto (2012) refere que “ao ser processado um estudo comparativo das demonstrações financeiras de uma entidade, é importante que sejam utilizadas tanto a análise horizontal como a vertical, a fim de melhor identificar as várias mutações sofridas pelos seus elementos contabilísticos.
- análise de tendências - comparando posições de relatório com vários períodos anteriores e determinando uma tendência, ou seja, a principal tendência do indicador, livre de influências aleatórias e características individuais de períodos individuais. Usando uma tendência, possíveis valores de indicadores são formados no futuro e, portanto, está a realizar-se uma análise prospectiva de previsão;
- análise de indicadores relativos - o cálculo da relação entre as posições individuais do relatório ou as posições de diferentes formas de relatório, determinando a relação dos indicadores;
- análise comparativa - é uma análise interna dos indicadores resumidos dos indicadores individuais da organização, afiliadas, divisões e uma análise dos indicadores da entidade em questão com os concorrentes e os dados médios do setor de atividade;

- análise fatorial - análise da influência de fatores individuais no indicador final usando técnicas determinísticas ou estocásticas. Além disso, a análise fatorial pode ser direta quando o indicador final é dividido nas suas componentes ou reversa (síntese) quando os seus elementos individuais são combinados num indicador efetivo comum. Estes métodos são consistentes com os métodos de gestão financeira e estratégica.

O presente estudo tem como objetivo analisar económica e financeiramente o IPS. Para cumprimento do objetivo geral pretende-se realizar uma análise horizontal e vertical dos relatórios contabilísticos para identificar a evolução de ativos, passivos, rendimentos e gastos e realizar também de uma análise de alguns indicadores económico-financeiros calculados para os anos em estudo.

## **4.2 Modelos de indicadores económico-financeiros**

Na ciência económica, descrevem-se muitas classificações de análise económico-financeira de empresas, incluindo os ramos com os quais se relacionam.

A análise económico-financeira pode ser dividida em setorial, cuja metodologia leva em consideração as especificidades de setores individuais da economia (indústria, agricultura, construção, transporte, comércio, etc.) e intersetorial que é a base teórica e metodológica da análise em todos os setores da economia nacional.

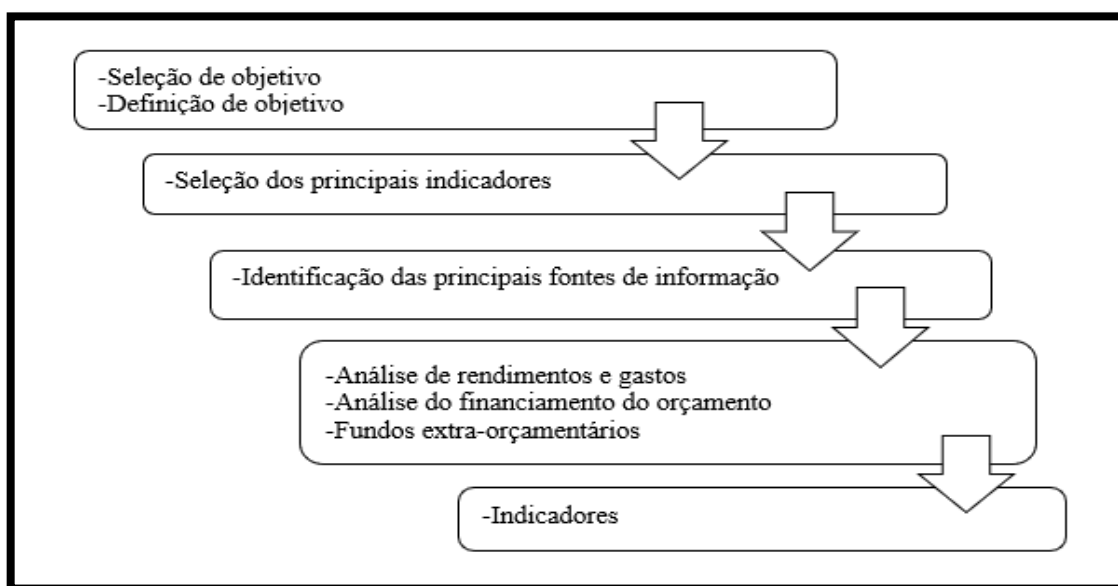
A necessidade de análise do setor deve-se às especificidades do setor. Cada ramo da produção social, em virtude da sua diferente natureza, possui características próprias, leis de funcionamento e, conseqüentemente, relações económicas, o que exige o desenvolvimento de uma metodologia de análise financeira de um ramo específico da economia, levando em consideração as suas características.

A atividade educacional é o setor mais específico da economia nacional, com características próprias. Portanto, para analisar as atividades financeiras de uma IES pública, é necessário desenvolver a sua própria metodologia de análise, que levaria em conta o funcionamento e a gestão do ensino superior, os recursos financeiros de diversas naturezas e diversas atividades.

Numa primeira fase desta análise torna-se importante selecionar o objeto de estudo, que neste caso se trata do IPS. Posteriormente é importante definir os objetivos, como foi referido anteriormente, o presente estudo tem como objetivo analisar económica e financeiramente o IPS. A figura 1 sugere que a fase seguinte diz respeito a uma seleção criteriosa dos principais

indicadores a utilizar para cumprimento dos objetivos definidos. De seguida é importante identificar as principais fontes de informação. A análise de rendimentos e gastos surge numa fase posterior, bem como a análise do financiamento do orçamento e o recurso a fundos extra-orçamentários. Por fim são calculados e interpretados os indicadores.

Figura 2-Metodologia



Fonte: Elaboração própria

Assim, a atividade de uma IES pública é um ramo separado da administração, para o qual é necessário o estudo de uma técnica especial. Naturalmente, é baseado numa análise clássica das atividades económico-financeiras de uma entidade, utilizando momentos que tenham em consideração as características do ensino superior.

Habitualmente, os analistas financeiros analisam, entre outros, indicadores financeiros de rendibilidade, solvabilidade, autonomia financeira, endividamento e liquidez, sobre os quais recai a análise.

Contudo as IES públicas não têm como objetivo o lucro, desta forma não é consistente a análise de rendibilidade considerando a atividade deste tipo de entidades.



### **4.3 Seleção de indicadores para análise da informação contabilística de uma Instituição de Ensino Superior**

A análise de indicadores é uma técnica utilizada em análise económico-financeira que permite expressar as relações existentes entre diversos elementos contabilísticos. Esta forma de análise apresenta-se vantajosa na medida em que a interpretação é fácil e imediata, permitindo identificar possíveis problemas no negócio em análise. Contudo, esta técnica perde relevância quando o nível de detalhe aumenta. Por outro lado, torna-se necessário que todos os procedimentos contabilísticos decorram de forma correta, pois caso tal não aconteça, o recurso aos indicadores não se apresenta vantajoso, dado que não apresenta a situação real da entidade.

De acordo com Medina (2010), os indicadores permitem que o analista possa refletir sobre a situação financeira de uma entidade. Os indicadores podem ser usados para medir as relações que existem entre os elementos da estrutura de ativos e passivos ou para apreciar o equilíbrio entre o grau de liquidez e o grau de aplicabilidade. De facto, alguns indicadores podem ser usados diretamente para avaliar a saúde financeira de uma entidade, contudo estes têm uma série de desvantagens entre os quais podemos enumerar:

- O método é aplicado na análise de uma evolução dos vários balanços sucessivos;
- O cálculo dos indicadores não permite prever o futuro, por isso deve ser reforçado por outras ferramentas para converter o passado em futuro.

Para Medina (2010), existem múltiplos indicadores normalmente usados na análise económico-financeira. Ainda assim, no presente trabalho serão apenas apresentados os que foram considerados mais importantes para efeitos de análise económico-financeira de uma IES pública.

#### **4.3.1. Indicadores de Liquidez**

Os indicadores de liquidez fornecem informações sobre a capacidade de fazer face às responsabilidades de curto prazo da entidade, incluindo o pagamento de dívidas a fornecedores, ao Estado e a outros credores correntes, bem como à amortização do financiamento com maturidade inferior a um ano.

A liquidez geral ou corrente compara o ativo corrente da entidade com o passivo corrente desta.

$$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{Ativo corrente}}{\text{Passivo corrente}}$$

Assim, qualquer valor superior à unidade é favorável à entidade, uma vez que no caso de liquidação do ativo, todas as obrigações podem ser cumpridas.

A *liquidez reduzida* indica qual a capacidade de a entidade solver os seus compromissos de curto prazo, mediante as suas disponibilidades e créditos sobre terceiros, tendo em consideração que nem todos os ativos correntes (de curto prazo) são facilmente transformados em disponibilidades.

Este indicador perde relevância na análise em causa dado que o inventário do IPS é composto essencialmente por produtos consumíveis, tais como resmas de papel, material de escritório e material de limpeza e higiénico que garantam o correto funcionamento da entidade. Deste modo, neste trabalho somente, analisaremos os rácios de liquidez geral e a liquidez imediata.

$$\text{Liquidez reduzida} = \frac{\text{Ativo corrente} - \text{Existências}}{\text{Passivo corrente}}$$

A *liquidez imediata* é obtida pela relação entre os valores de meios financeiros líquidos disponíveis (valores elevados de liquidez, tais como contas bancárias e de caixa) e o passivo corrente. Indica a percentagem de dívidas de curto prazo na condição de serem liquidadas imediatamente, ou seja, pela sua disponibilidade em dinheiro.

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{Caixa} + \text{Depósitos bancários} + \text{Ativos financeiros com liquidez}}{\text{Passivo corrente}}$$

Este indicador tem vantagens imediatas na sua utilização, destacando o facto de permitir que a entidade perceba se mantém um elevado nível de meios financeiros líquidos que poderiam ser aplicados de forma mais rentável.

#### **4.3.2. Estrutura financeira e endividamento**

Este tipo de indicadores é essencialmente utilizado para caracterizar a estrutura financeira apresentada pela entidade. Porque de uma forma rápida e relativamente fácil é possível criar uma ideia do peso relativo das massas de capital próprio que integram a estrutura

financeira da entidade. Estes rácios permitem, genericamente, apreciar a forma como a entidade se financia, o grau da sua independência financeira e a sua capacidade para fazer face aos seus compromissos a médio e longo prazo (não correntes).

O endividamento de uma entidade é obtido a partir da relação do capital de alheio, de curto e longo prazo, e o capital total (próprio e alheio), por meio da seguinte fórmula:

$$\text{Endividamento Total} = \frac{\text{Passivo corrente} + \text{Passivo não corrente}}{\text{Passivo} + \text{Capital Proprio}}$$

Partindo-se dessa fórmula, pode-se verificar quanto da dívida de uma entidade está no curto prazo e quanto está no longo prazo:

$$\text{Endividamento curto prazo} = \frac{\text{Passivo corrente}}{\text{Passivo} + \text{Capital Proprio}}$$

$$\text{Endividamento longo prazo} = \frac{\text{Passivo não corrente}}{\text{Passivo} + \text{Capital Proprio}}$$

O indicador de autonomia financeira proporciona informação quanto à proporção dos ativos que são financiados através do capital próprio da entidade. Este indicador exprime a solidez financeira da entidade e a sua capacidade para solver os seus compromissos não correntes. Quanto maior o seu valor, menor o peso dos capitais alheios no financiamento dos ativos da entidade e menores os respetivos encargos financeiros.

$$\text{Autonomia financeira} = \frac{\text{Capital Proprio}}{\text{Ativo Total}}$$

Este indicador varia entre 0 e 1 e quanto mais elevado for o valor do mesmo, maior será a autonomia da entidade, ou seja, menor será a necessidade de recorrer a capitais alheios. Uma vantagem que pode ser apontada ao recurso a este indicador diz respeito à possibilidade de, através dos valores por ele devolvidos, se poder retirar ilações acerca da dependência da entidade relativamente a capitais alheios. Através deste indicador o analista poderá perceber qual a capacidade de negociação que uma entidade tem em relação aos seus financiadores. Além disso, e não sendo interpretado como uma limitação do indicador, mas sim como um

complemento indispensável à sua interpretação, este deverá ser analisado conjuntamente com indicadores como a solvabilidade.

A solvabilidade permite também avaliar a estrutura de financiamento da entidade, colocando em evidência o peso dos capitais investidos pelos sócios ou acionistas no total dos capitais alheios. Uma entidade está solvente do ponto de vista económico, quando apresenta um capital próprio que garanta a liquidação do seu passivo e tenha expectativas de resultados que garantam a sua sobrevivência futura. A insolvência económica conduz sempre à insolvência financeira, isto é, à incapacidade da entidade em fazer face às suas responsabilidades correntes.

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Proprio}}{\text{Passivo}}$$

Um valor elevado traduz-se numa perspetiva de sustentabilidade a médio/longo prazo. Enquanto um valor baixo indicia uma elevada fragilidade financeira, que poderá trazer dificuldades de viabilidade da entidade no futuro.

Dada a complementaridade entre este indicador e o de autonomia financeira, as vantagens que apresenta estão relacionadas, e é também possível, através disso, tirar conclusões sobre a dependência da entidade em relação aos financiadores. Além desta vantagem comum, outra que se destaca é a possibilidade de o analista, de uma forma simples, poder estudar a evolução do financiamento adotado pela entidade, seja através do capital alheio ou através de capitais próprios.

A cobertura dos ativos não correntes indica em que medida os investimentos são financiados por capitais estáveis (capitais próprios e passivo não corrente).

$$\text{Cobertura dos ativos não correntes} = \frac{\text{Capital Proprio} + \text{Passivo não corrente}}{\text{Ativo não corrente}}$$

Este rácio, conhecido por regra do equilíbrio financeiro mínimo, deve ser igual ou superior a 1, isto é, os capitais próprios e o passivo não corrente devem, no mínimo, ser iguais ao montante do ativo não corrente.

A análise deste indicador tornar-se-á útil em situações em que as empresas estão, maioritariamente, dependentes dos seus ativos não correntes no desenvolvimento da sua

atividade, como é o caso das empresas de caráter industrial (pela necessidade de máquinas e equipamentos adequados que permitam a produção em grandes quantidades e que cumpram as normas associadas à indústria). Neste caso indicador perde relevância.

## **5. Análise da informação contabilística do Instituto Politécnico de Setúbal**

### **5.1. Análise da Demonstração de Resultados**

A demonstração de resultados apresenta o desempenho económico do IPS. O recurso a esta demonstração permite efetuar comparações com períodos anteriores, pelo que deve ser inevitavelmente utilizada no presente trabalho. Por outro lado, esta demonstração permite verificar os desvios existentes e realizar previsões.

Ao longo dos sete anos em análise (2012-2018), a rubrica de rendimentos com maior peso refere-se às transferências e subsídios correntes obtidos por via de apoios estatais e governamentais (quadro 2). Seguem-se os impostos, contribuições e taxas auferidas na prestação de serviços de educação que integra o seu objeto de atuação.

No âmbito dos gastos, em todos os anos analisados, predomina a rubrica de gastos com pessoal, dado que a atividade refere-se a uma prestação de serviços educacional, a qual implica a existência de pessoal qualificado com vencimentos adequados ao serviço prestado e à sua importância na sociedade atual. Além desta rubrica, também os fornecimentos e serviços externos apresentam um elevado montante ao longo dos anos. Esta rubrica inclui os serviços especializados a que o IPS tem necessidade de recorrer, os serviços de segurança com o intuito de garantir a segurança de todos os intervenientes, os gastos com energia, limpeza e outro tipo de materiais e serviços necessários para a atividade.

O montante de depreciações apresenta-se elevado devido ao significativo montante de ativos fixos tangíveis, os quais são depreciados de acordo com a sua vida útil perante a atividade em que são utilizados. Em termos de operações financeiras, o IPS obtém juros e rendimentos financeiros devido aos investimentos financeiros detidos, mas também suporta custos financeiros, devido à utilização de capital alheio.

O IPS devido à sua natureza de entidade do setor não lucrativo apresenta-se isenta de IRC, pelo que não é devido qualquer montante de imposto sobre o rendimento sobre o resultado obtido, mesmo que este seja positivo.

Quadro 2 – Demonstração de resultados: 2012 a 2018

Rendimentos e Gastos	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Impostos, contribuições e taxas	6.075.955,13 €	5.709.611,41 €	5.253.200,77 €	6.109.663,65 €	5.309.416,67 €	4.965.090,35 €	6.038.257,20 €
Vendas	284,50 €	160,00 €	205,00 €	290,20 €	3.799,37 €	1.781,57 €	4.649,10 €
Prestação de serviços e concessões	834.632,47 €	693.268,31 €	629.683,04 €	543.027,15 €	569.523,34 €	620.157,48 €	763.935,07 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	20.428.273,59 €	19.784.071,98 €	18.868.447,14 €	18.087.572,00 €	18.379.789,10 €	18.301.901,50 €	15.897.547,25 €
Varição de inventários de produção	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-49.724,38 €	-56.998,91 €	-45.028,33 €	-44.764,62 €	-43.990,73 €	-45.994,52 €	-50.698,48 €
Fornecimentos e serviços externos	-3.055.282,62 €	-2.969.198,52 €	-2.454.744,88 €	-2.477.751,62 €	-2.511.184,93 €	-2.434.176,04 €	-2.856.330,40 €
Gastos com pessoal	-23.768.564,88 €	-22.500.363,45 €	-21.744.466,13 €	-21.056.215,31 €	-21.591.074,45 €	-22.574.536,81 €	-19.381.280,27 €
Transferências e subsídios concedidos	-634.808,72 €	-471.940,96 €	-362.580,96 €	-319.102,02 €	-245.122,62 €	-341.911,98 €	-440.842,20 €
Prestações sociais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	460.017,78 €	36.008,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Provisões (aumentos/reduções)	4.015,82 €	-8.116,57 €	-209.426,58 €	-556.203,33 €	-355.422,30 €	-477.615,36 €	-143.263,37 €
Imparidades de investimentos não depreciáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	715.707,80 €	618.843,91 €	1.063.388,54 €	1.017.692,85 €	384.293,43 €	1.447.226,53 €	183.860,90 €
Outros gastos e perdas	-263.884,80 €	-204.980,17 €	-139.294,52 €	-131.963,17 €	-62.945,10 €	-55.684,69 €	-712.870,71 €
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>746.621,69 €</b>	<b>630.365,33 €</b>	<b>859.383,09 €</b>	<b>1.172.245,78 €</b>	<b>-162.918,22 €</b>	<b>-593.761,97 €</b>	<b>-697.035,91 €</b>
Gastos/reversões de depreciações e amortização	-975.029,32 €	-813.382,85 €	-815.569,33 €	-831.099,76 €	-853.634,59 €	-867.104,04 €	-906.716,00 €
Imparidades de investimentos depreciáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Resultado operacional antes de gastos de financiamento</b>	<b>-228.407,63 €</b>	<b>-183.017,52 €</b>	<b>43.813,76 €</b>	<b>341.146,02 €</b>	<b>-1.016.552,81 €</b>	<b>-1.460.866,01 €</b>	<b>-1.603.751,91 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	12.177,03 €	52.198,93 €	52.955,45 €	179.817,89 €	164.849,02 €	206.626,47 €	332.992,72 €
Juros e rendimentos similares suportados	-57.449,83 €	-55.226,37 €	-52.136,96 €	-32.370,66 €	-40.093,61 €	-21.582,04 €	-24.996,63 €
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-273.680,43 €</b>	<b>-186.044,96 €</b>	<b>44.632,25 €</b>	<b>488.593,25 €</b>	<b>-891.797,40 €</b>	<b>-1.275.821,58 €</b>	<b>-1.295.755,82 €</b>
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Resultado Líquido do período</b>	<b>-273.680,43 €</b>	<b>-186.044,96 €</b>	<b>44.632,25 €</b>	<b>488.593,25 €</b>	<b>-891.797,40 €</b>	<b>-1.275.821,58 €</b>	<b>-1.295.755,82 €</b>

Os impostos, contribuições e taxas apresentaram uma queda nos primeiros anos em análise, conforme consta no quadro 3. Contudo em 2014 e 2015 verifica-se um crescimento desta rubrica de rendimentos, a qual volta a reduzir-se 14% em 2016. Ainda assim, em 2017 e 2018 verifica-se um crescimento de 8,7% e 6,4%, respetivamente.

As prestações de serviços registaram quebras desde 2012 até 2015. Ainda assim, desde 2016 o IPS regista aumentos nesta rubrica, sendo de referir o aumento de 20,4% registado em 2018 relativamente ao ano anterior. Estes resultados vão em linha com o objetivo definido pelo IPS, quanto ao aumento das prestações de serviços à comunidade, traduzindo-se pelo aumento da receita.

Em termos de gastos, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reduziu-se entre 2012 e 2014, tendo aumentado nos anos seguintes. Contudo em 2018 regista-se uma quebra de 12,76%. Quanto aos fornecimentos e serviços externos, a tendência até 2016 foi de redução gradual, facto considerado positivo na estratégia do IPS, na medida e que se apresenta uma contenção de custos. Ainda assim, em 2017 e 2018, esta rubrica de gastos aumentou, embora com menor impacto neste último ano.

Tal como os fornecimentos e serviços externos, a rubrica de custos com o pessoal aumentou de forma gradual nos últimos anos, sendo que até 2015 ocorreram redução dos custos suportados com pessoal. O que se pode traduzir por um lado, pelo aumento qualitativo do corpo docente, refletindo-se num aumento remuneratório e por outro, num aumento quantitativo dos recursos humanos do IPS.

Relativamente às transferências concedidas, relativas a bolsas e apoios dados a alunos, o valor tende a aumentar desde 2015, devido à alteração de estratégia no que se refere ao apoio social aos alunos do IPS. Até 2015, faziam-se ainda sentir os impactos da crise financeira e por isso o número de alunos carenciados no IPS era reduzido, pelo que estas transferências surgiam mais reduzidas. Quanto aos outros gastos e perdas, a rubrica apresenta aumentos desde 2014.

As depreciações registadas pelo IPS aumentaram de forma significativa em 2018 (19,9%), sendo que até esta data foram registadas reduções em todos os anos, facto motivado pela ausência de investimentos nos primeiros anos em análise.

Os rendimentos financeiros apenas apresentaram aumentos em 2012 e 2015, sendo que nos restantes anos ocorreram reduções, apesar do investimento financeiro ser sempre idêntico. Esta situação surge em conformidade com a alteração das taxas de retorno existentes. Quanto aos custos financeiros, os mesmos tendem a aumentar desde 2016, devido ao aumento do capital alheio utilizado.

O resultado líquido do IPS apresenta-se negativo em 2017 e 2018, sendo que em 2016 e 2015 surgia positivo. Nos três anos anteriores o resultado tinha sido negativo. O principal objetivo da entidade não passa pela obtenção de lucro, dado tratar-se de uma entidade do setor não lucrativo, tendo objetivos de carácter social e cultural, ao invés de objetivos financeiros.

Quadro 3 – Evolução das rubricas da demonstração de resultados: 2012 a 2018

Rendimentos e Gastos	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Impostos, contribuições e taxas	6,42%	8,69%	-14,02%	15,07%	6,93%	-17,77%	-11,26%
Vendas	77,81%	-21,95%	-29,36%	-92,36%	113,26%	-61,68%	17,89%
Prestação de serviços e concessões	20,39%	10,10%	15,96%	-4,65%	-8,16%	-18,82%	-21,91%
Transferências e subsídios correntes obtidos	3,26%	4,85%	4,32%	-1,59%	0,43%	15,12%	-21,07%
Variação de inventários de produção	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-12,76%	26,58%	0,59%	1,76%	-4,36%	-9,28%	-23,86%
Fornecimentos e serviços externos	2,90%	20,96%	-0,93%	-1,33%	3,16%	-14,78%	-16,02%
Gastos com pessoal	5,64%	3,48%	3,27%	-2,48%	-4,36%	16,48%	-9,80%
Transferências e subsídios concedidos	34,51%	30,16%	13,63%	30,18%	-28,31%	-22,44%	-12,33%
Prestações sociais	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	1177,53%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	-149,48%	-96,12%	-62,35%	56,49%	-25,58%	233,38%	1458,80%
Imparidades de investimentos não depreciables (perdas/reversões)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	15,65%	-41,80%	4,49%	164,82%	-73,45%	687,13%	-86,01%
Outros gastos e perdas	28,74%	47,16%	5,56%	109,65%	13,04%	-92,19%	1533,94%
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>18,44%</b>	<b>-26,65%</b>	<b>-26,69%</b>	<b>-819,53%</b>	<b>-72,56%</b>	<b>-14,82%</b>	<b>-118,68%</b>
Gastos/reversões de depreciações e amortização	19,87%	-0,27%	-1,87%	-2,64%	-1,55%	-4,37%	-16,56%
Imparidades de investimentos depreciables (perdas/reversões)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Resultado operacional antes de gastos de financiamento</b>	<b>24,80%</b>	<b>-517,72%</b>	<b>-87,16%</b>	<b>-133,56%</b>	<b>-30,41%</b>	<b>-8,91%</b>	<b>-160,64%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	-76,67%	-1,43%	-70,55%	9,08%	-20,22%	-37,95%	35,68%
Juros e rendimentos similares suportados	4,03%	5,93%	61,06%	-19,26%	85,77%	-13,66%	58,93%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>47,10%</b>	<b>-516,84%</b>	<b>-90,87%</b>	<b>-154,79%</b>	<b>-30,10%</b>	<b>-1,54%</b>	<b>-145,08%</b>
Imposto sobre o rendimento	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Resultado Líquido do período</b>	<b>47,10%</b>	<b>-516,84%</b>	<b>-90,87%</b>	<b>-154,79%</b>	<b>-30,10%</b>	<b>-1,54%</b>	<b>-145,08%</b>

## 5.2. Análise do Balanço

O Balanço permite analisar a posição financeira da instituição, evidenciando questões relevantes para a entidade. Por outro lado, o recurso a esta demonstração financeira permite efetuar análises comparativas entre períodos homólogos, facto que se considera útil no âmbito do presente trabalho. O Balanço permite também detetar desvios e valores irregulares, apresentando a situação patrimonial da entidade e a sua saúde financeira (Quadro 4).

No IPS, o valor do ativo não corrente é superior ao valor do ativo corrente, em todos os anos analisados, sendo que na atualidade corresponde a 57% do total do ativo (Quadro 5). No âmbito do ativo não corrente a rubrica com maior peso, em todos os anos em análise, são os ativos fixos tangíveis. Os ativos intangíveis apenas apresentam valores no âmbito do balanço nos últimos dois anos. Estes dados podem indiciar que no passado recente não existiu uma



aposta de sucesso em atividades de investigação e desenvolvimento. Desta forma, não se revelando em investimento em inovação.

Quanto aos ativos corrente, a rubrica com maior peso ao longo dos anos refere-se à caixa e depósitos que em 218 representa 48% do total do ativo corrente. O património representa 78% do total do ativo do IPS em 2018, sendo que os restantes 22% do ativo da entidade são financiados por capital alheio. Em termos de passivo, o mesmo apresenta-se maioritariamente passivo corrente (99%), sendo que diferimentos e as outras contas a pagar as rubricas com maior peso no último ano em estudo, conforme consta no quadro 4.

Quadro 4 – Balanço: 2012 a 2018

Rubricas	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
<b>ATIVO</b>							
<b>Ativo não corrente</b>							
Ativos fixos tangíveis	21.299.724,46 €	19.905.475,97 €	18.708.225,70 €	19.486.711,85 €	19.649.101,48 €	20.140.760,36 €	20.352.461,62 €
Ativos intangíveis	97.699,17 €	92.293,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Participações financeiras	11.000,00 €	11.000,00 €	11.000,00 €	11.000,00 €	11.000,00 €	11.000,00 €	11.000,00 €
Subtotal	21.408.423,63 €	20.008.769,91 €	18.719.225,70 €	19.497.711,85 €	19.660.101,48 €	20.151.760,36 €	20.363.461,62 €
<b>Ativo corrente</b>							
Inventários	77.697,50 €	72.839,53 €	97.509,73 €	125.656,91 €	121.985,55 €	116.969,70 €	114.979,51 €
Clientes, contribuintes e utentes	4.501.700,67 €	4.405.049,77 €	4.064.203,36 €	4.079.761,93 €	535.023,24 €	517.703,78 €	760.618,75 €
Outras contas receber	554.786,40 €	1.227.131,95 €	101.987,10 €	14.742,50 €	141.932,56 €	146.568,50 €	49.137,60 €
Diferimentos	34.860,99 €	39.614,95 €	287.794,86 €	285.752,09 €	227.378,18 €	255.978,62 €	310.133,41 €
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00 €	1.875.000,00 €	1.875.000,00 €	1.500.000,00 €	7.300.000,00 €	7.300.000,00 €	7.800.000,00 €
Caixa e depósitos	10.990.292,52 €	9.646.227,55 €	11.390.344,31 €	11.391.459,61 €	5.654.630,92 €	6.947.325,18 €	6.186.998,91 €
Subtotal	16.159.338,08 €	17.265.863,75 €	17.816.839,36 €	17.397.373,04 €	13.980.950,45 €	15.284.545,78 €	15.221.868,18 €
<b>Total do Ativo</b>	<b>37.567.761,71 €</b>	<b>37.274.633,66 €</b>	<b>36.536.065,06 €</b>	<b>36.895.084,89 €</b>	<b>33.641.051,93 €</b>	<b>35.436.306,14 €</b>	<b>35.585.329,80 €</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>							
Património / Capital	11.212.865,45 €	11.212.865,45 €	11.212.865,45 €	11.212.865,45 €	12.339.252,57 €	12.339.252,57 €	12.339.252,57 €
Resultados transitados	2.199.996,16 €	2.361.448,46 €	2.316.816,21 €	1.828.222,96 €	1.383.651,16 €	3.825.029,88 €	5.120.924,27 €
Outras variações no património líquido	16.343.353,95 €	15.796.425,98 €	272.928,25 €	272.928,25 €	104.045,25 €	76.206,26 €	71.932,85 €
Resultado líquido do período	-273.680,43 €	-186.044,96 €	44.632,25 €	488.593,25 €	-891.797,40 €	-1.275.821,58 €	-1.295.755,82 €
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>29.482.535,13 €</b>	<b>29.184.694,93 €</b>	<b>13.847.242,16 €</b>	<b>13.802.609,91 €</b>	<b>12.935.151,58 €</b>	<b>14.964.667,13 €</b>	<b>16.236.353,87 €</b>
<b>PASSIVO</b>							
<b>Passivo não corrente</b>							
Provisões	53.514,10 €	57.529,92 €	58.930,55 €	89.680,93 €	78.753,74 €	73.337,29 €	87.538,30 €
Subtotal	53.514,10 €	57.529,92 €	58.930,55 €	89.680,93 €	78.753,74 €	73.337,29 €	87.538,30 €
<b>Passivo corrente</b>							
Fornecedores	39.590,34 €	57.310,22 €	74.686,68 €	131.998,23 €	112.987,98 €	80.404,61 €	104.767,44 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	14,58 €	284,66 €	284,66 €	0,00 €	14,30 €	1.190,77 €
Estado e outros entes públicos	933.214,70 €	827.489,85 €	877.739,22 €	751.984,12 €	756.619,06 €	477.393,24 €	249.915,16 €
Fornecedores de investimentos	393,60 €	46.542,30 €	374,78 €	0,00 €	921,27 €	0,00 €	718,63 €
Outras contas a pagar	3.277.627,67 €	3.108.263,07 €	102.427,65 €	2.704,87 €	4.065,53 €	946.498,33 €	639.696,00 €
Diferimentos	3.762.114,58 €	3.992.768,79 €	21.574.379,36 €	22.115.822,17 €	19.752.552,77 €	18.893.991,24 €	18.265.149,63 €
Outros passivo financeiros	18.771,59 €	20,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subtotal	8.031.712,48 €	8.032.408,81 €	22.629.892,35 €	23.002.794,05 €	20.627.146,61 €	20.398.301,72 €	19.261.437,63 €
<b>Total do passivo</b>	<b>8.085.226,58 €</b>	<b>8.089.938,73 €</b>	<b>22.688.822,90 €</b>	<b>23.092.474,98 €</b>	<b>20.705.900,35 €</b>	<b>20.471.639,01 €</b>	<b>19.348.975,93 €</b>
<b>Total do património líquido e passivo</b>	<b>37.567.761,71 €</b>	<b>37.274.633,66 €</b>	<b>36.536.065,06 €</b>	<b>36.895.084,89 €</b>	<b>33.641.051,93 €</b>	<b>35.436.306,14 €</b>	<b>35.585.329,80 €</b>

Os ativos fixos tangíveis do IPS reduziram-se até 2016, não sendo realizados investimentos nestes anos, sendo que os mesmos continuaram a perder valor por via das depreciações. Quanto aos ativos intangíveis, o seu recurso apenas ocorreu em 2017, registando um aumento de 5,9% em 2018. O carácter inovador e intangível apenas surge nesta altura no IPS, conforme consta no quadro 5.

A conta de clientes tende a aumentar também, facto que se tem tentado colmatar com a atribuição de subsídios e bolsas de estudo. Os diferimentos apresentam uma tendência decrescente nos últimos dois anos. A caixa e depósitos apresenta diversas oscilações, conforme a situação de tesouraria vivenciada no final de cada período analisado.

O património surge constante desde 2015, sendo que nesse ano tinha registado uma queda de 9,1%. Os resultados transitados surgem influenciados pelos resultados líquidos obtidos ao longo dos anos, pelos que apresenta uma evolução em conformidade com os mesmos. O resultado líquido aumentou em 2018 cerca de 47%, sendo que no ano antes tinha sofrido uma inversão de positivo para negativo. Conforme referido anteriormente, o objetivo principal do IPS não é a obtenção de lucro. A rubrica relativa a outras variações no património aumenta de forma significativa em alguns anos, nomeadamente em 2018, devido á incorporação de subsídios recebidos por via do financiamento de investimentos. Estes subsídios, dado serem subsídios ao investimento e não à exploração, são contabilizados no património, sendo depois imputados por via dos rendimentos, de acordo com o desgaste dos bens financiados pelo subsídio em causa.

Quadro 5 – Evolução do balanço: 2012 a 2018

Rubricas	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
<b>ATIVO</b>							
<b>Ativo não corrente</b>							
Ativos fixos tangíveis	7,00%	6,40%	-3,99%	-0,83%	-2,44%	-1,04%	-2,13%
Ativos intangíveis	5,86%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Participações financeiras	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Subtotal	7,00%	6,89%	-3,99%	-0,83%	-2,44%	-1,04%	-2,13%
<b>Ativo corrente</b>							
Inventários	6,67%	-25,30%	-22,40%	3,01%	4,29%	1,73%	-0,76%
Clientes, contribuintes e utentes	2,19%	8,39%	-0,38%	662,54%	3,35%	-31,94%	-59,12%
Outras contas receber	-54,79%	1103,22%	591,79%	-89,61%	-3,16%	198,28%	170,47%
Diferimentos	-12,00%	-86,24%	0,71%	25,67%	-11,17%	-17,46%	-44,08%
Ativos financeiros detidos para negociação	-100,00%	0,00%	25,00%	-79,45%	0,00%	-6,41%	0,00%
Caixa e depósitos	13,93%	-15,31%	-0,01%	101,45%	-18,61%	12,29%	-1,81%
Subtotal	-6,41%	-3,09%	2,41%	24,44%	-8,53%	0,41%	-8,58%
<b>Total do Ativo</b>	<b>0,79%</b>	<b>2,02%</b>	<b>-0,97%</b>	<b>9,67%</b>	<b>-5,07%</b>	<b>-0,42%</b>	<b>-4,99%</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>							
Património / Capital	0,00%	0,00%	0,00%	-9,13%	0,00%	0,00%	0,45%
Resultados transitados	-6,84%	1,93%	26,73%	32,13%	-63,83%	-25,31%	121,33%
Outras variações no património líquido	3,46%	5687,76%	0,00%	162,32%	36,53%	5,94%	24,42%
Resultado líquido do período	47,10%	-516,84%	-90,87%	-154,79%	-30,10%	-1,54%	-145,08%
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>1,02%</b>	<b>110,76%</b>	<b>0,32%</b>	<b>6,71%</b>	<b>-13,56%</b>	<b>-7,83%</b>	<b>-7,38%</b>
<b>PASSIVO</b>							
<b>Passivo não corrente</b>							
Provisões	-6,98%	-2,38%	-34,29%	13,88%	7,39%	-16,22%	-6,75%
Subtotal	-6,98%	-2,38%	-34,29%	13,88%	7,39%	-16,22%	-6,75%
<b>Passivo corrente</b>							
Fornecedores	-30,92%	-23,27%	-43,42%	16,83%	40,52%	-23,25%	12,21%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-100,00%	-94,88%	0,00%	0,00%	-100,00%	-98,80%	3869,23%
Estado e outros entes públicos	12,78%	-5,72%	16,72%	-0,61%	58,49%	91,02%	44,22%
Fornecedores de investimentos	-99,15%	12318,57%	0,00%	-100,00%	0,00%	-100,00%	-81,76%
Outras contas a pagar	5,45%	2934,59%	3686,79%	-33,47%	-99,57%	47,96%	-24,42%
Diferimentos	-5,78%	-81,49%	-2,45%	11,96%	4,54%	3,44%	-2,40%
Outros passivo financeiros	93757,95%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Subtotal	-0,01%	-64,51%	-1,62%	11,52%	1,12%	5,90%	-2,88%
<b>Total do passivo</b>	<b>-0,06%</b>	<b>-64,34%</b>	<b>-1,75%</b>	<b>11,53%</b>	<b>1,14%</b>	<b>5,80%</b>	<b>-2,89%</b>
<b>Total do património líquido e passivo</b>	<b>0,79%</b>	<b>2,02%</b>	<b>-0,97%</b>	<b>9,67%</b>	<b>-5,07%</b>	<b>-0,42%</b>	<b>-4,99%</b>

Em termos de passivo não corrente, o mesmo apenas integra as provisões, as quais se reduziram nos últimos três anos analisados. No passivo corrente, os fornecedores reduzem-se de forma gradual, sendo esta queda de quase 31% em 2018. O estado e outros entes públicos apresentam oscilações consoante os valores que fiquem por liquidar em termos de contribuições para o regime de proteção social, retenções de trabalho dependente e IVA, considerando que existe liquidação do mesmo e valores entregar ao estado. Os diferimentos registam uma quebra nos últimos anos também.

### 5.3. Análise de Indicadores

A liquidez geral compara o ativo corrente com o passivo corrente. Assim, qualquer valor superior à unidade é favorável, uma vez que no caso de liquidação do ativo, todas as obrigações podem ser cumpridas. Em 2017 e 2018, o rácio surge superior à unidade, pelo que a situação surge agora mais favorável ao IPS. Esta situação deve-se principalmente ao aumento das contas a receber de terceiros que apresentam um elevado montante, facto que pode ser motivado por uma alteração na política de recebimentos ou pelo facto do incumprimento ser mais acentuado no seio dos clientes. Ainda assim, até 2016 o IPS apresentava problemas no cumprimento das suas obrigações a curto prazo, facto motivado na sua maioria pelo elevado valor dos diferimentos, o qual se reduz nos anos seguintes, devido à adaptação da estratégia utilizada. Esta situação é colmatada através da negociação de prazos em termos de tesouraria, quer com os utentes, quer com os fornecedores de serviços e materiais.

O rácio de liquidez reduzida conforme analisado em termos teóricos não faz sentido financeiro, no seio da entidade, interpretar o seu valor, dado que o IPS não possui inventários, ou pelo menos que sejam significativos na presente análise.

A autonomia financeira corresponde à percentagem de ativos que é financiada por capitais próprios, estando associada à análise de endividamento da empresa. Neste caso, em 2018, mais de 78% do ativo é financiado por capitais próprios, o que se considera favorável. Este rácio aumentou de forma significativa nos últimos dois anos, pelo que ocorreu uma inversão na estratégia de financiamento do IPS, o qual substituiu a utilização de capital alheio por capital próprio. Deve ainda salientar-se o facto de o aumento dos ativos intangíveis ser substancial e motivar o aumento do valor dos ativos totais no indicador de autonomia financeira.

A solvabilidade refere-se à capacidade da empresa em solver os seus passivos em caso de liquidação dos ativos. Tal como nos rácios anteriores, este rácio apresenta uma evolução muito favorável para o IPS nos últimos anos, nomeadamente desde 2017. Esta situação surge associada à de autonomia financeira, dado que uma vez que existem capitais próprios, a capacidade da empresa para solver é maior, na medida em que o recurso a capitais alheios torna-se menos significativo. Esta situação é motivada pela redução significativa dos diferimentos e pelo aumento da rubrica relativa aos ativos intangíveis do IPS.

No caso do endividamento, este surge ligado à questão da solvabilidade, sendo que corresponde ao nível de obrigações que a entidade apresenta perante os ativos que lhe poderão fazer face. Ao inverso da autonomia financeira, o rácio tem vindo a reduzir-se devido à redução

de uso de capital alheio para financiar o ativo, nomeadamente a redução significativa dos diferimentos constantes no passivo da entidade. No entanto, conclui-se que o endividamento não corrente nunca foi uma realidade do IPS nos anos em análise, dado que todo o recurso a anterior a capital alheio era de curto prazo, ou seja, era endividamento corrente.

Quadro 6 – Rácios: 2012 a 2018

<b>Indicadores de Liquidez</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Liquidez Geral	2,012	2,150	0,787	0,756	0,678	0,749	0,790
Liquidez Imediata	1,368	1,201	0,503	0,495	0,274	0,341	0,321
<b>Indicadores Financeiros</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Autonomia Financeira	0,785	0,783	0,379	0,374	0,385	0,422	0,456
Solvabilidade	3,646	3,608	0,610	0,598	0,625	0,731	0,839
Endividamento Total	0,215	0,217	0,621	0,626	0,615	0,578	0,544
Endividamento Curto Prazo	0,214	0,215	0,619	0,623	0,613	0,576	0,541
Endividamento Longo Prazo	0,001	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002

Os relatórios de contas não são claros quanto às justificações atribuídas a cada rubrica. Tal situação deve-se ao facto da entidade ter como principal objetivo os utilizadores internos da informação, nomeadamente ao nível da tomada de decisão e não os utilizadores externos como os financiadores, na medida em que a estratégia de recurso a capital alheio foi invertida ao longo dos anos. Neste sentido, o relatório de contas apenas caracteriza o estado evolutivo e não os motivos que condicionam tal evolução. Esta situação conduz ao desconhecimento acerca dos motivos que introduzem variações bruscas, nos quais a estratégia não é clara.

## 6. Proposta de indicadores económico-financeiros para análise das atividades de I&D, Inovação e Empreendedorismo no IPS

Como descrito nos pontos anteriores, quer em termos teóricos quer em termos práticos, existe um conjunto de indicadores que permitem avaliar a situação económico-financeira de uma IES pública. Importa relembrar que dado os objetivos destas entidades não visar o lucro, a análise de alguns indicadores não se aplica ou deverá ser ajustada, face às especificidades da atividade.

Atendendo à política de qualidade do IPS em promover, avaliar e melhorar as atividades de I&D, empreendedorismo e inovação e a participação em redes de cooperação, com vista ao incremento da mobilidade, considera-se relevante a existência de indicadores que usem a informação contabilística para monitorizar estes objetivos. A análise através de indicadores facilita a obtenção de conclusões, tornando as mesmas mais diretas e claras.

O IPS apenas usa um indicador económico-financeiro como método de avaliação das suas atividades, nomeadamente para medir as prestações de serviços ao exterior.

Assim, sustentado nos objetivos traçados pelos eixos 2 e 3 do plano de atividades do IPS (ano 2018), este ponto do trabalho tem como principal objetivo apresentar uma proposta de indicadores que visem analisar económico e financeiramente as atividades de I&D, Inovação e Empreendedorismo.

O IPS tem como objetivo promover atividades de I&D, pretendendo participar em projetos nacionais e internacionais. A generalidade destes projetos, dado a sua natureza, são alvo de financiamentos por subsídios não reembolsáveis. Com isto, dado que os subsídios são condição necessária para o desenvolvimento destes projetos, propõe-se o seguinte indicador (quadro 7):

Quadro 7: Peso dos subsídios auferidos por via dos projetos nacionais e internacionais

Indicador	Peso dos subsídios auferidos por via dos projetos nacionais e internacionais
Objetivo	Medir o peso que estes subsídios auferidos, devido à participação nos projetos, representam no total dos rendimentos do IPS
Formula de Cálculo	Subsídios auferidos pelo projeto / Total dos rendimentos (antes de reversão de depreciações e de financiamento)
Fontes de dados	Relatório de Contas: Demonstração de resultado na rubrica de subsídios (conta 75) e somatório das rubricas de rendimentos (antes de reversão de depreciações/imparidades de investimentos e de rendimentos de financeiros)

Fonte: Elaboração Própria

Este indicador permite verificar a importância destes subsídios nas receitas do IPS, sendo que podem ser fundamentais para a viabilidade da instituição. No entanto, também pode ocorrer que o subsídio seja pouco significativo e os custos associados ao projeto, de forma indireta, aumentem mais do que proporcionalmente, comparativamente ao subsídio auferido.

Estes subsídios podem permitir a manutenção de determinadas atividades que não apresentem caráter lucrativo, mas que sejam importantes para garantir a prestação de serviços de ensino de qualidade, satisfazendo necessidades dos estudantes, inerentes ao processo de ensino. Os rendimentos do IPS apresentam um vasto leque de rubricas, mas o apoio atribuído a título não reembolsável pode ser o motor para a realização de investimentos, dado que os restantes são direcionados para a cobertura dos custos que se torna necessário suportar.

Ainda em termos de projetos, é importante ter em conta o financiamento dos mesmos. Neste sentido, pretende-se saber qual o financiamento médio de cada projeto. O IPS pode participar em novos projetos, mas ao mesmo tempo estar a findar a sua participação noutros.

Assim, propõe-se o seguinte indicador (quadro 8):

Quadro 8: Financiamento medio de cada projeto

Indicador	Financiamento medio de cada projeto
Objetivo	Conhecer o financiamento medio de cada projeto de investigação
Formula de Cálculo	Financiamento para projetos / Nº de projetos
Fontes de dados	Relatório de Contas e Relatório de atividades do IPS

Fonte: Elaboração Própria

Da mesma forma, é importante conhecer o total de gastos realizados durante o período no seio dos projetos em desenvolvimento. Para tal, a contabilidade deve ser analítica e considerar cada projeto como um centro de custo. Esta situação, permite que a qualquer momento se possam analisar todas as rubricas de gastos de um determinado projeto. Esta análise pode ser feita para qualquer projeto, bastando para tal conhecer os gastos imputados ao mesmo.

Porém, a análise do peso dos gastos globais dos projetos em desenvolvimento, assume extrema importância, permitindo compreender a relevância destes gastos na estrutura de gastos do IPS. Mas com maior relevo destacamos a sua importância quando comparado com o indicador proposto para medir peso dos subsídios auferido através dos projetos (quadro 7). Através desta comparação é possível obtermos uma perceção sobre variações proporcionais entre os rendimentos do projeto (subsídios) e os respetivos gastos.

O indicador a criar surge apresentado no quadro 9.

Quadro 9: Peso dos Gastos dos projetos nacionais e internacionais

Indicador	Peso dos Gastos dos projetos
Objetivo	Medir o peso total de gastos relativos ao desenvolvimento de projetos representam no total dos gastos do IPS
Formula de Cálculo	Total de gastos imputados aos projetos / Total dos gastos (antes de depreciações e de financiamento)
Fontes de dados	Relatório de Contas: Contas de gastos imputados aos projetos e somatório das rubricas de gastos (antes de depreciações/imparidades de investimentos e de gastos com financiamento)

Fonte: Elaboração Própria

Ainda no âmbito dos projetos de investigação, pode proceder-se à medição da evolução da atividade do IPS no desenvolvimento de projetos de investigação. Nesse caso torna-se necessário conhecer os gastos totais dos projetos desenvolvidos no presente ano e o mesmo total respeitante ao ano anterior. O quociente entre ambos permite medir a evolução da participação nestes projetos, a qual surge como um dos objetivos definidos pela entidade. O indicador a criar surge apresentado no quadro 10.

Quadro 10: Evolução da atividade em termos de projetos de investigação

Indicador	Evolução da atividade em termos de projetos de investigação
Objetivo	Medir a evolução da atividade do IPS no desenvolvimento de projetos de investigação
Formula de Cálculo	$(\text{Gastos totais em projetos em N} / \text{Gastos totais em projetos em N-1}) - 1$
Fontes de dados	Relatório de Contas: Total dos custos operacionais, também constante na DR e discriminação dos custos no seio do Anexo ao Relatório de Contas

Fonte: Elaboração Própria

No que se refere à criação de valor em Inovação, pode proceder-se à medição da capacidade dos projetos desenvolvidos pelo IPS para a criação de valor em inovação para a entidade. Nesse caso torna-se necessário conhecer os ativos intangíveis do ano corrente e do ano anterior. O indicador a criar surge apresentado no quadro 11.



Quadro 11: Capacidade de criação de valor em Inovação

Indicador	Capacidade de criação de valor em Inovação
Objetivo	Medir a capacidade dos projetos desenvolvidos pelo IPS para a criação de valor em inovação para a referida entidade
Formula de Cálculo	$(\text{Total dos Ativos intangíveis em N} - \text{Total dos Ativos Intangíveis em N-1}) - 1$
Fontes de dados	Relatórios de contas de N e N-1 (Balanço)

Fonte: Elaboração Própria

Para aumentar a divulgação e visibilidade da investigação realizada pelo IPS, pode proceder-se à medição da taxa de crescimento dos gastos existentes na participação e organização de eventos e publicações. Nesse caso torna-se necessário conhecer os gastos de participação e organização de eventos do ano corrente e do ano anterior. O quociente entre ambos permite obter conclusões sobre o objetivo definido. O indicador a criar surge apresentado no quadro 12.

Quadro 12: Taxa de crescimento dos gastos na participação e organização de eventos e com publicações

Indicador	Taxa de crescimento dos gastos existentes na participação e organização de eventos com publicações
Objetivo	Permita comparar os gastos existentes na participação e organização de eventos com publicações do período corrente e no ano anterior
Formula de Cálculo	$(\text{Gastos com organização de eventos em N} / \text{Gastos com organização de eventos em N-1}) - 1$
Fontes de dados	Relatórios de Contas de N e N-1 (Demonstração dos resultados e Anexo)

Fonte: Elaboração Própria

No âmbito do eixo 3, o IPS tem como objetivo principal o aumento da mobilidade internacional. Assim, deve criar-se um indicador que faça a medição dos custos incorridos com a mobilidade internacional no ano corrente e no ano anterior. O indicador a criar é o seguinte (quadro 13):

Quadro 13: Evolução dos gastos incorridos com mobilidade internacional

Indicador	Gastos com mobilidade internacional
Objetivo	Medir os gastos com mobilidade internacional no ano corrente e no ano anterior
Formula de Cálculo	$(\text{Gastos com a mobilidade internacional em N} / \text{Gastos com a mobilidade internacional em N-1}) - 1$
Fontes de dados	Relatórios de Contas de N e N-1

Fonte: Elaboração Própria

Ainda neste âmbito, o IPS pretende aumentar a participação dos estudantes no Erasmus+. Para tal é necessário criar o seguinte indicador (quadro 14):

Quadro 14: Evolução dos gastos da atividade Erasmus+

Indicador	Evolução da atividade Erasmus+
Objetivo	Medir a evolução da atividade do IPS no desenvolvimento de projetos Erasmus+
Formula de Cálculo	$(\text{Gastos totais em projetos Erasmus+ em N} / \text{Gastos totais em projetos Erasmus+ em N-1}) - 1$
Fontes de dados	Relatório de Contas

Fonte: Elaboração Própria

Se os projetos Erasmus+ aumentarem, verifica-se uma diversificação do risco perante os mercados geográficos em causa, na medida em que se o projeto não decorrer de acordo com o previsto num dos locais, os restantes podem colmatar e sanar os problemas causados por alguma falha existente e não prevista. Por outro lado, a participação de um maior número de projetos desta natureza permite aumentar a divulgação perante diversos territórios e públicos alvo, facto que pode introduzir um aumento na atratividade de estudantes.

## **Conclusão e limitações do trabalho**

A interação da uma instituição de ensino superior com o meio ambiente permite criar um modelo organizativo baseado no conceito de inovação e empreendedorismo, facto que introduz necessidades de análise de desempenho nestas entidades do ensino superior.

A análise das atividades da IES permite identificar as principais atividades, entre as quais se destacam o processo educacional e as atividades científicas. Por outro lado, deve ter-se sempre presente a necessidade de consumo de recursos, que incluem recursos materiais e técnicos, informativos, metodológicos; regulatórios, organizacionais e administrativos, humanos e financeiros.

A análise da informação contabilística cumpre-se como objetivo principal. Esta refere-se ao processo de análise de desempenho da entidade, bem como à análise da sua posição patrimonial ou de fundos, dado tratar-se de uma situação sem fins lucrativos. Por outro lado, recorre-se a um conjunto de técnicas que visa avaliar em termos quantitativos a situação económico-financeira da entidade. Esta avaliação tem como base a necessidade de continuidade e de posicionamento no mercado relativo ao ensino superior, apesar da natureza não lucrativa. A entidade tem sempre o objetivo de manter o equilíbrio financeiro, rendibilizar os seus fundos, crescer e minimizar os riscos existentes através de diversas técnicas que podem passar pela diversificação de atividades ou de mercados geográficos.

O IPS integra formação no âmbito do ensino superior politécnico, bem como a prática de investigação e desenvolvimento e a transferência de conhecimento e tecnologia como componente imprescindível da sua atividade, quer como suporte à atividade de formação, quer ainda como fator de interação e compromisso com a comunidade.

Em termos financeiros, pela análise que foi desenvolvida para o período de 2012 a 2018 destaca-se a evolução positiva da atividade do IPS, apresentando indicadores muito favoráveis à continuidade da instituição nos últimos anos em análise. Verifica-se que o IPS dá preferência ao uso de capital próprio ao invés de capital alheio para financiar a maioria das suas atividades. Conclui-se ainda que o uso de passivo de natureza não corrente surge muito reduzido, facto considerado favorável, dado que os compromissos de longo prazo são pouco significativos, o que permite uma gestão mais direccionada para o cumprimento de objetivos estabelecidos anualmente. Em termos de ativo, ocorreram investimentos na atualidade, facto não registado durante largos períodos. Além dos investimentos em ativos fixos tangíveis, surge ainda o recurso a ativo intangível desde 2017, o que pode demonstrar uma aposta da instituição em

atividades de inovação. Apesar dos resultados líquidos negativos, os indicadores apresentam melhorias significativas na atividade financeira da entidade.

O presente trabalho contribui ainda para o estudo económico e financeiro de entidades do ensino superior, nomeadamente do IPS, na medida em que são propostos - indicadores importantes para desenvolver estratégias que conduzam ao cumprimento dos objetivos definidos nas áreas da I&D, Inovação e Empreendedorismo. Estes indicadores propostos passam pelo reforço da diversificação, bem como pela aposta nos mercados internacionais, com o intuito de aumentar a atratividade e consequentemente o nível de competitividade perante outras entidades.

Assim, o presente trabalho propõe a aplicação de um indicador que permita analisar o *peso dos subsídios auferidos por via dos projetos nacionais e internacionais*. Por outro lado, propõe-se o indicador *peso dos gastos dos projetos nacionais e internacionais* e desta forma consegue-se uma análise comparativa com indicador definido anterior, em termos evolução proporcional entre gastos e rendimentos dos projetos. Propõe-se ainda um indicador para medição *financiamento medio de cada projeto* em que o IPS participa.

Ainda no âmbito dos projetos de investigação, propõe-se um indicador para medição da *evolução da atividade do IPS no desenvolvimento de projetos de investigação*.

No que se refere à *criação de valor em Inovação*, proceder-se à medição da capacidade dos projetos desenvolvidos pelo IPS para a criação de valor para a referida entidade, medido pela evolução do valor dos ativos intangíveis.

Para aumentar a divulgação e visibilidade da investigação realizada pelo IPS, cria-se um indicador para medição da *taxa de crescimento dos gastos na participação e organização de eventos e com publicações*.

O IPS também tem como objetivo o aumento da mobilidade internacional. Assim, propõe-se um indicador que faça a medição da *evolução dos gastos incorridos com a mobilidade internacional*. O IPS pretende ainda aumentar a participação dos estudantes no Erasmus+ e por esse motivo propõe-se um indicador neste âmbito (evolução dos gastos com a atividade Erasmus+).

Em resumo, este trabalho destaca a importância da informação contabilística e das ferramentas de monitorização económico-financeira. Nas IES dada a especificidade da atividade exige um controlo específico ao nível da informação económico e financeira, nomeadamente alguns tipos de gastos e de rendimentos, por forma a permitir um melhor desempenho da gestão e a correta monitorização. Desta forma, além da necessidade de ajuste

nos tradicionais indicadores, face à especificidade da atividade, é de extrema relevância a criação de indicadores económico-financeiros, para análise de áreas fundamentais na atividade de qualquer IES e nomeadamente do IPS.

A principal limitação deste trabalho assenta na utilidade dos indicadores propostos, pois a sua aplicação pode ser limitada, pela forma como o IPS trata e divulga a informação contabilística. A aplicação dos indicadores propostos exige tratamento prévio e detalhado de determinada informação por parte do Departamento de Contabilidade, relativo às áreas de atividade de I&D, Inovação e Empreendedorismo. Por outro lado, os indicadores podem existir, mas não serem utilizados para a finalidade adequada, dado que é necessário compreender a aplicação prática dos referidos indicadores.

## Bibliografia

- Albarelo, L; Digneffe, F; Hiernaux, J. P; Maroy, C., Ruquoy, D & Georges, P. S (2005). Práticas e métodos de investigação em ciências sociais, 3ª edição: Lisboa, Gradiva.
- Amaral, R. M., & da Fonseca, D. A. (2016). EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL II. *Revista da JOPIC*, 1(1).
- Amaral, N. C., & de Rezende Pinto, J. M. (2010). O financiamento das IES brasileiras em 2005: recursos públicos, privados e custo dos alunos. *Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*.
- Antunes, A., & Martinho, R. (2012). Acesso ao crédito por empresas não financeiras. *Relatório de Estabilidade Financeira*, 165-184.
- Arzyakova, O. N. (2000). Platonov AM Mekhanizm upravleniya vnebyudzhethnoi deyatel'nost'yu gos-udarstvennogo vuza kak delovogo predpriyatiya [The mechanism of managing the extra-budgetary activities of a State higher education institution as a business venture]. *Universitetskoe upravlenie: praktika i analiz, University Management: Practice and Analysis*, (3), 50-53.
- Assaf, A. Neto (1997). A dinâmica das decisões financeiras. *Caderno de estudos*, (16), 01-17.
- Assaf, A. Neto (2012). *Estrutura e análise de balanços: um enfoque económico-financeiro: comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos*. Atlas.
- Balassiano, M., Seabra, A. A. D., & Lemos, A. H. (2005). Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano?. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(4), 31-52.
- Bell, J. (2004) Como realizar um projecto de investigação – Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação, 3ª edição. Gradiva
- Benedito, N. (2007), Centralização de Sistemas Educativos e Autonomia dos Atores organizacionais – Processos coletivos de interpretação das orientações centrais, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia
- Carot J. (2017). Measuring internationalization performance of higher Education institutions through composite indicators. In *Conference Paper, Valencia*
- Carvalho, A. C. (2010). *Vinculação de receitas públicas e princípio da não afetação: usos e mitigações* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Cerdeira, L. (2008). O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos. Universidade de Lisboa
- Cohen, J. J. (1996). *Monster theory: Reading culture*. University of Minnesota Press.
- Cohen, E. (1997). *Analyse financière*, 4<sup>ème</sup> éd. Economica, Paris.

- Correia, R. L., & dos Santos, J. G. (2013). A importância da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na Educação a Distância (EAD) do Ensino Superior (IES). *Revista Aprendizagem em EAD*, 2(1).
- Cunha, J. (2013). *A análise financeira como ferramenta de apoio à tomada de decisão: estudo de caso*. Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal
- David, F., & Abreu, R. (2009). Implementação do processo de Bolonha em Portugal. *Revista Universo Contábil*, 5(3), 139-155.
- Dowbor, L. (2006). Educação e desenvolvimento local. *Globalização, educação e movimentos sociais*, 40, 22-36.
- Dias Sobrinho, J. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, 31(113), 1223-1245.
- Dolzhenko, L. (1998). The college student today: A social portrait and attitudes toward schooling. *Russian Education & Society*, 40(11), 6-15.
- Drucker, J., & Goldstein, H. (2007). Assessing the regional economic development impacts of universities: A review of current approaches. *International regional science review*, 30(1), 20-46.
- Elias, A. P. (2016). O Modelo Sociocognitivo da Carreira Reflexões e Implicações na sua Implementação junto das Instituições de Ensino Superior Angolano: Políticas Públicas sobre o Subsistema do Ensino Superior em Angola. *Antrope*, 5, 39-56.
- Fernandes, C., Peguinho, C., Vieira, E., & Neiva, J. (2012). Análise Financeira-Teoria e Prática. *Lisboa: Edições Sílabo*.
- Ferreira, E. C. D. C. (2019). A importância das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional em Portugal. Universidade de Évora
- Fonseca, J. J. S. (2002) Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, Apostila
- Freitas, G. (2009). *SNC Estrutura Conceptual*. Formação OTOC, Lisboa.
- Gareeva, E. R. (2004). Methods of control of resource maintenance of high SCHOOL as social and economic system, UFA
- Godinho, M. R., Ferreira, A. P., Fayer, V. A., Bonfatti, R. J., & Greco, R. M. (2017). Capacidade para o trabalho e fatores associados em profissionais no Brasil. *Rev Bras Med Trab*, 15(1), 88-100.
- Gomes, V., de Lourdes Machado-Taylor, M., Saraiva, E. V., & Santos, C. M. (2015). A Estratégia como prática nas Instituições de Ensino Superior. *Revista Evidência*, 11(11).
- Gómez, J.; Freitas, O.; Callejas, G. (2007), Educação e Desenvolvimento Comunitário Local – Perspetivas Pedagógicas e Sociais da Sustentabilidade, Profedições.
- Gonçalves, A., & Machado, M. M. (2017). Um Estudo do Ambiente de Inovação em uma IES sob Reforço da Aprendizagem Organizacional. *Gestão & Planejamento-G&P*, 18.

- Goron, L. G. (2012). Serviços educacionais e direito do consumidor. *Direito & Justiça*, 38(2).
- Grateron, I. R. G. (1999). Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. *Caderno de estudos*, (21), 01-18.
- Grilo, E. (2010), Se não estudas, estás tramado, Tinta da China
- Klann, R. C., Da Cunha, P. R, Rengel, S. & Scarpin, J. E., (2012) Avaliação de desempenho de instituições de ensino superior pertencentes à associação catarinense 77 das fundações educacionais. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v.15, n. 13, p. 71 – 87.
- Kuhn, I. N., & Lampert, A. L. (2012). *Análise Financeira*. Editora Unijuí. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Leitão, P. C. C. (2010) Informação, concorrência e processo decisório em instituições de ensino superior: um estudo sob o enfoque do sensemaking organizacional. Doutorado em Ciência da Informação. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais
- Luca, G. G., Botomé, S. S., & Botomé, S. P. (2013). Comportamento constituinte do objetivo da universidade: Formulações de objetivos de uma instituição de ensino superior em depoimentos de chefes de departamento e coordenadores de cursos de graduação. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 21(4), 459-480.
- Martins, A. (2002). *Introdução à Análise Financeira de Empresas*. Vida Económica. Portugal.
- Martins, S. (2012), Escola e Estudantes da Europa. Estruturas, Recursos e Políticas de Educação, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Matarazzo, D. C. (2010). Análise Financeira de Balanço. 7ª Edição. *São Paulo: Atlas*.
- Medina, R. S. M. (2010). *Análise económica e financeira como instrumento de apoio ao processo decisório*. Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais.
- Moreira, M. A. (1999). *Teorias de aprendizagem* (Vol. 2). São Paulo: Editora pedagógica e universitária.
- Moreira, A. F. B., & Candau, V. M. (2003). Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos. *Revista brasileira de educação*, (23), 156-168.
- Morgado, J. C. (2009). Processo de Bolonha e ensino superior num mundo globalizado. *Educação & Sociedade*, 30(106), 37-62.
- Muchanga, E. A. (2018). *Análise financeira com base nos rácios de rentabilidade: caso de uma instituição do ensino superior moçambicana* Universidade Aberta
- Nascimento, A. M. D. S. D. (2018). Financiamento do Ensino Superior: A diversificação de fontes de financiamento. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa



- Neave, G., & Amaral, A. (Eds.). (2011). *Higher education in Portugal 1974-2009: A nation, a generation*. Springer Science & Business Media.
- Neves, J. C. (2004), Financeira & Fundamentais, vol. 1, 15ª edição. *Texto Editora, Lisboa*.
- Neves, J. C. (2012). *Análise e Relato Financeiro – Uma Visão Integrada da Gestão*. Texto Editores, Lda. 5ª Edição. Alfragide.
- Oliveira, D. A. (2004). A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, 25(89), 1127-1144.
- Oliveira, I. L., (2010). Sistema de gestão ambiental em instituições de ensino superior: uma revisão. *Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas*, (3), 45.
- Passaia, C., Da Silva, B. A., Da Silva, E. M., & Demozzi, M. (2011). Análise Econômica Financeira com utilização de índices. *Revista Online de Ciências Sociais Aplicadas em Debates, Nova Mutum*, 1(1), 26-45.
- Pereira, M. S., & Forte, S. H. A. C. (2008). Visão baseada em recursos nas instituições de ensino superior de Fortaleza: uma análise ex-ante e ex-post à LDB/96. *Revista de Administração Contemporânea*, 12(1), 107-129.
- Pinho, C. S & Tavares, S. (2012). *Análise Financeira e Mercados*. Lisboa. Áreas Editora.
- Queiroz, J. V., Queiroz, F. C. B. P., & Hékis, H. R. (2011). Um instrumental de auxílio à tomada de decisão no financiamento para Instituições de Ensino Superior. *Encontro Nacional de Engenharia e Gestão Industrial 2011*, 13.
- Sabino, A. N., Lopes, A., & Nogueira, F. (2016). Do comprometimento organizacional, à satisfação com o trabalho e às estratégias comportamentais: inferências sobre os dois subsistemas do ensino superior público em Portugal.
- Santos, L. L., Jacinto, J., Santos, H. S., & Pereira, M. (2013). A utilidade da informação contabilística na gestão das instituições de ensino superior em Portugal: o caso do Instituto Politécnico de Leiria.
- Saviani, D. (2015). Sobre a natureza e especificidade da educação. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 7(1), 286-293.
- Silva, C. A. T., Morgan, B. F., & de Souza Costa, P. (2004). Desenvolvimento e aplicação de uma metodologia para cálculo do custo-aluno de instituições públicas de ensino superior: um estudo de caso. *Revista de Administração Pública*, 38(2), 243-260.
- Silva, E. Sá, (2005). *Gestão Financeira – Análise de Fluxos Financeiros*, 1ª Edição. Vida Económica
- Tavares, L. (1991), *Desenvolvimento dos Sistemas Educativos: modelos e perspectivas*, Gabinete de Estudos e Planeamento.
- Terça, O. M (2002), *Da organização dos sistemas educativos na União Europeia*, Instituto Politécnico de Leiria.